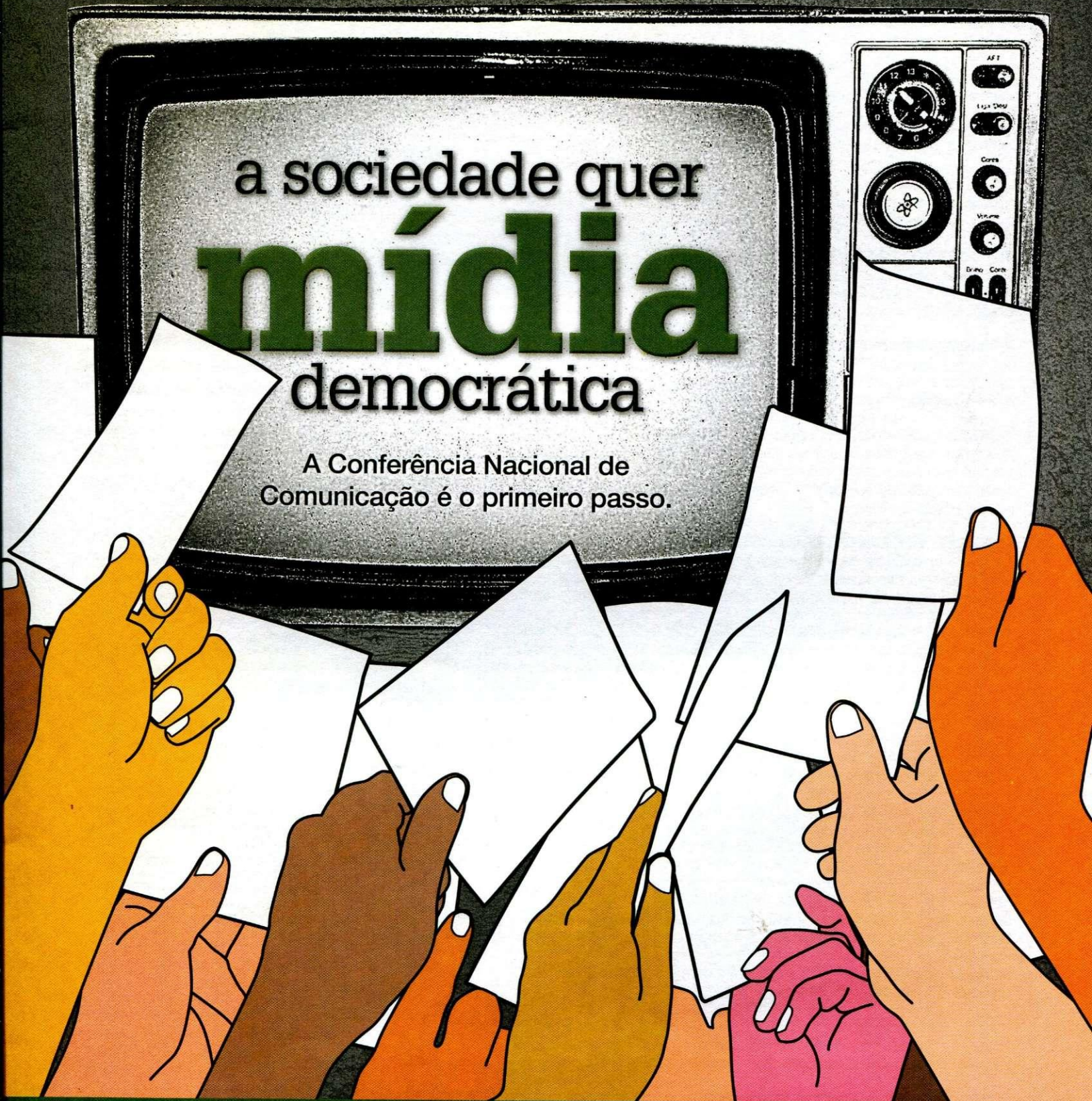




a sociedade quer
mídia
democrática

A Conferência Nacional de
Comunicação é o primeiro passo.



EDITORIAL | DEMOCRACIA NA PSICOLOGIA E NA SOCIEDADE

A Conferência Nacional de Comunicação, o VII Congresso Nacional da Psicologia e o III Congresso da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi) são abordados na perspectiva da democracia e do compromisso social.

03

OPINIÃO | UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PARA A PROFISSÃO

O presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Verona, diz como o VII Congresso Nacional da Psicologia poderá contribuir para a organização e a atuação dos psicólogos.

04

CAPA | A SOCIEDADE QUER MÍDIA DEMOCRÁTICA

Marcada para os dias 14 a 17 de dezembro, em Brasília, a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) gera disputas entre sociedade civil não-empresarial, governo e empresários. Leia entrevista com Luiza Erundina.

06

CONVERSANDO COM O PSICÓLOGO | AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA OBTENÇÃO DE CNH

A psicóloga chefe do Serviço de Psicologia do Detran de São Paulo esclarece aspectos envolvendo a Resolução nº 283 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento de entidades.

10

POLÍTICAS PÚBLICAS | A HABITAÇÃO E A CIDADANIA NEGADA

A psicóloga Lygia de Sousa Viêgas faz uma reflexão sobre questões envolvendo Psicologia e Habitação, tema abordado no livro "A Cidadania Negada". O tema também é visto na perspectiva da saúde mental pela psicóloga Mirsa Elisabeth Dellosi, que fala sobre as residências terapêuticas.

12

UM MUNDO MELHOR É POSSÍVEL | 30 ANOS DE ANISTIA: A MEMÓRIA NECESSÁRIA

A presidente do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo, Zilah Abramo, fala sobre os 30 anos da Lei de Anistia e da contribuição dos profissionais da Saúde em estudos sobre a tortura.

15

INTERIOR | DIA DO PSICÓLOGO: COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

Sob o tema "Psicologia na promoção de direitos – um compromisso do psicólogo com você", o Dia do Psicólogo foi marcado por diversas iniciativas voltadas para falar com o profissional e a sociedade em todo o estado.

16

ORIENTAÇÃO | CFP MUDA RESOLUÇÃO SOBRE PORTE DE ARMA

Para tornar mais clara e específica a Resolução (CFP 018/2008), que trata da avaliação para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo por psicólogo credenciado pela Polícia Federal, o Conselho Federal de Psicologia alterou dois de seus artigos. Confira.

17

FORMAÇÃO | VII ENCONTRO MARCA OS 10 ANOS DA ABEP

Evento gerou amplo debate sobre o aprimoramento do ensino da Psicologia no Brasil e mostrou a necessidade de colocar os estudantes frente a situações concretas que eles, como psicólogos, serão cada vez mais chamados a resolver.

18

NUESTRA AMERICA LATINA | UMA PSICOLOGIA COM A FACE DO CONTINENTE

O III Congresso da União Latino-Americana de Entidades da Psicologia (Ulapsi), realizado no México, avançou nos debates em torno da realidade latino-americana e nas propostas de construir eixos políticos de luta.

21

QUESTÕES ÉTICAS | BIOÉTICA: DE FRENTE PARA OS CONFLITOS

Psicólogos, assistentes sociais e profissionais de outras áreas são cada vez mais colocados diante de situações-limite, envolvendo a vida das pessoas atendidas. O crescimento de equipes multidisciplinares atuando na área da Saúde vem dando uma nova dimensão à Bioética.

22

CIÊNCIA E PROFISSÃO | A BUSCA DO NOVO NAS POLÍTICAS DE EXISTÊNCIA

Políticas de Existência é tema de dois grandes eventos patrocinados pela Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) e pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

24

ANO DA PSICOTERAPIA | EM BUSCA DE CAMINHOS

Reuniões realizadas no Estado de São Paulo mostram concepções diversas sobre a Psicoterapia e apontam a necessidade de uma reflexão mais profunda na busca de caminhos.

26

MURAL | A Anuidade do CRP SP para 2010 e a nova pesquisa do Crepop são assuntos do Mural desta edição.

28

ESTANTE | "Adolescentes vítimas de violências sexuais" e "Psicologia do envelhecimento" são dois dos livros apresentados em Estante.

30



Conselho Regional de Psicologia SP

PSI Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Marilene Proença Rebelo de Souza
Vice-presidente | Maria Erminia Ciliberti
Secretária | Andréia De Conto Garbin
Tesoureira | Carla Biancha Angelucci

Conselheiros efetivos

Andréia De Conto Garbin, Adriana Eiko Matsumoto, Carla Biancha Angelucci, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, José Roberto Heloani, Lúcia Fonseca de Toledo, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria de Fátima Nassif, Maria Erminia Ciliberti, Maria Izabel do Nascimento Marques, Mariângela Aoki, Marilene Proença Rebelo de Souza, Patrícia Garcia de Souza, Sandra Elena Sposito, Vera Lúcia Fasanello Pompilio

Conselheiros suplentes

Beatriz Belluzzo Brando Cunha, Carmem Silvia Retondando Taverna, Fabio Silvestre da Silva, Fernanda Bastos Lavarello, Leandro Gabarra, Leonardo Lopes da Silva, Lillian Martins da Silva, Luciana Mattos, Luiz Tadeu Pessutto, Lumena Celi Teixeira, Maria de Lima Salum e Morais, Oliver Zancul Prado, Sílvia Maria do Nascimento, Sueli Ferreira Schiavo

Comissão de Comunicação

Coordenadora | Maria de Fátima Nassif

Gerente-geral Diógenes Pepe

Coordenador de Comunicação Waltair Martão

Realização Ziroldo Carolino Comunicação
(11) 2579-5079 | 2579-5089

Jornalista Responsável Carlos Carolino (MTb 13.559)

Reportagem Carlos Martins e João Brito
Arte Lígia Minami

Impressão: Impres Companhia Brasileira de Impressão e Propaganda

Tiragem 67.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Anúncios e Livros | info@crpsp.org.br
Site | http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Baixada Santista e Vale do Ribeira
tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
São José do Rio Preto
tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631-1315

ERRATA

Na edição 161, página 31, a arte do anúncio CEPPS foi trocada. A VIII Especialização em Psicologia Hospitalar é credenciada pelo Conselho Federal de Psicologia e não reconhecida pelo CRP SP, conforme publicado.

democracia

na psicologia e na sociedade

A Conferência Nacional de Comunicação, que deverá ocorrer em dezembro próximo, é um acontecimento de grande interesse para os psicólogos. Há longo tempo o assunto tem merecido nossa atenção, seja por conta dos reflexos diretos e imediatos que a Comunicação apresenta sobre a vida das pessoas nos seus aspectos subjetivos, seja em razão dos seus componentes políticos e econômicos mais amplos que influem decisivamente nos rumos tomados pela sociedade.

A reportagem de capa desta edição do PSI procura evidenciar esses aspectos. Na essência, o que se encontra em jogo é o estabelecimento de regras e controles democráticos sobre a Comunicação. Se esta é um bem público, é fundamental dispor de meios para garantir que sua exploração se faça considerando os interesses de toda a sociedade e não apenas os dos grupos empresariais e/ou governos.

A participação dos psicólogos na Conferência de Comunicação está orientada pela lógica do compromisso social, a mesma que nos leva a atuar junto a outras conferências voltadas para o debate de políticas públicas. Como se sabe, mais de uma dezena delas ocorrerá até o primeiro semestre de 2010. Embora todas elas sejam de grande importância, o Sistema Conselhos de Psicologia decidiu concentrar esforços em cinco delas – Segurança Pública, Educação, Assistência Social e Saúde Ambiental, além da de Comunicação – tendo em vista a qualidade da contribuição que tem a dar para esses temas.

Se a nossa presença nas Conferências nos coloca na perspectiva de um olhar para fora, o VII Congresso Nacional de Psicologia, previsto para junho de 2010, terá como foco a organização dos próprios psicólogos. Trata-se de um processo que não está construído em sua totalidade e que precisa avançar de forma a alcançar o objetivo de colocar a Psicologia em linha com o compromisso social.

Esse propósito fica claro em seu tema central – Psicologia e Compromisso com a Promoção de Direitos: Um Projeto Ético-Político para a Profissão – e também nos três eixos que irão orientar os debates: 1) aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos; 2) construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional e 3) diálogo com a sociedade e com o Estado.

Um ponto que merece ser destacado é a questão do aperfeiçoamento democrático, que já esteve presente no Congresso anterior e que está mantido para o próximo. Até hoje, e por conta de acontecimentos históricos que remontam ao período da ditadura militar, a estrutura e o modo de funcionamento do Sistema Conselhos ainda seguem as linhas definidas em 1971 pela Lei 5.766, que criou o Conselho Federal de Psicologia (CFP). Ainda este ano, o CFP enviou minuta de Projeto de Lei propondo alterações naquela Lei. Nossa expectativa é de que essa mudança se concretize e legue para o futuro uma estrutura democrática na qual os psicólogos tenham assegurado o direito de decidir os seus caminhos.

Vale, por fim, uma referência ao III Congresso da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi), realizado em setembro, no México. Entidade ainda jovem, com apenas sete anos de existência, ela tem pela frente o desafio de fomentar uma atuação orientada pelo compromisso social em toda a América Latina. O congresso recém-realizado mostrou que não faltará empenho para avançar nessa direção.



um projeto ético

A partir de setembro deste ano começaram a se realizar os eventos preparatórios para o VII Congresso Nacional de Psicologia, previsto para junho de 2010. Sob o tema “Psicologia e Compromisso com a Promoção de Direitos: um Projeto Ético-Político para a Profissão”, o Congresso se orientará por três eixos de debates: o aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos; a construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional e o diálogo com a sociedade e o Estado. Na entrevista a seguir, o presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Verona, fala sobre a importância do evento e sobre os temas que estarão em debate.

PSI – Qual a importância dos congressos nacionais de Psicologia?

Humberto Verona – Os CNPs trazem para dentro do Sistema Conselhos uma participação democrática. Eles possibilitam a participação da categoria na construção do projeto político que irá orientar a atuação do sistema nos três anos seguintes à sua realização. É um grande avanço porque, em vez de deixar a condução nas mãos de um grupo de iluminados, ele chama os psicólogos interessados, em todas as regiões do País, a participar dessa discussão.

PSI – Como isso acontece?

Humberto Verona – Primeiramente são realizados debates preparatórios, depois acontecem os Congressos Regionais de Psicologia (Corep), nos quais já são delineadas teses. Cada Corep tira, assim, as prioridades que os psicólogos daquela região consideram. O evento nacional é onde essas propostas são reunidas e onde se define a orientação para a atuação do sistema como um todo. Os eventos preparatórios começaram a partir de 1º de setembro; no início de 2010 acontecem os Congressos Regionais e, em junho, o VII CNP.

PSI – E quanto à definição do tema, como ela acontece?

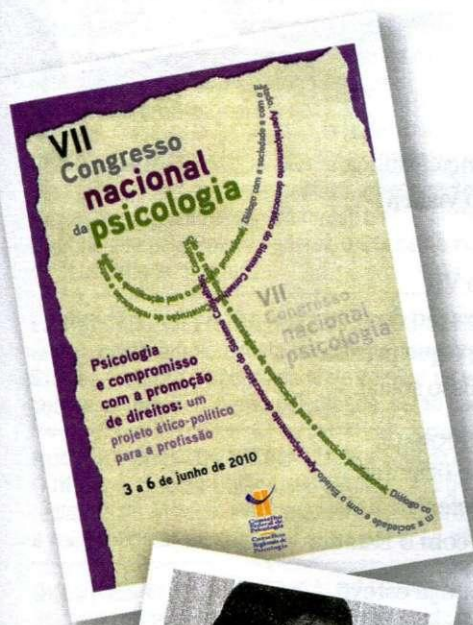
Humberto Verona – O tema geral de cada CNP é definido democraticamente na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos de Psicologia (Apaf). Todos os regionais participam dessa definição preliminar de qual tema deverá nortear a discussão. Em geral esses temas são muito amplos, ou seja, eles não impedem que as mais diversas questões locais sejam abordadas.

PSI – Esse sistema tem funcionado?

Humberto Verona – Eu penso que sim e uma demonstração disso é que nós já vamos para o VII CNP. É uma conquista do Sistema Conselhos.

PSI – Para que direção os CNPs têm apontado?

Humberto Verona – Os congressos, de um modo geral, têm refletido o caminho, o rumo que a profissão tomou nos últimos 10, 20 anos. Que rumo é esse? É o de fazer uma Psicologia com qualidade técnica, mas voltada para o compromisso social. Anteriormente nós nos voltamos para as políticas públicas e hoje temos uma produ-



-político para a profissão

ção grande em Saúde, Esporte e, mais recentemente, Educação. O VII CNP escolheu como provocação o tema dos direitos. Ou seja, a questão de como a profissão poderá fazer avançar o seu projeto técnico, científico e político à luz dos direitos; como ela vai colocar em prática os princípios que ela defende.

PSI – Em termos práticos, o que você espera desse CNP?

Humberto Verona – Uma das coisas que eu tenho certeza que a gente terá de fazer no VII CNP é ouvir o psicólogo sobre a sua prática. O que, na sua prática, ele já teve de produzir para poder atuar. Isso é algo que já vem sendo feito por meio do Crepop, mas é preciso avançar mais nessa direção. Acredito que o desafio, daqui para frente, será ampliar o retorno para o psicólogo, por meio de ações educacionais que ajudem os profissionais, em especial os que estão chegando ao campo, a qualificar a sua ação.

PSI – O Crepop já não faz pesquisas, cria referências?

Humberto Verona – Sim, mas o que se faz com as referências? Um novo passo seria dotar o CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas) de um braço de qualificação do exercício profissional. Algo, talvez, na linha de uma educação permanente, que torne possível a incorporação dessas referências às práticas dos psicólogos em todo o país. Mas essa, como outras, são questões a serem debatidas no VII CNP.

PSI – O VII CNP vai abordar a questão do aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos. Por quê?

Humberto Verona – Esse eixo já vem do VI CNP. Hoje temos instâncias, como a Apaf, que não existem oficialmente. Ela é uma invenção política do Sistema Conselhos que tem funcionado muito bem. Os conselhos regionais e o federal têm o compromisso ético de funcionar com a Apaf. Mas, se chegar uma gestão ao Federal que considere que tudo isso é uma bobagem, não há nada na lei que garanta a existência dessa instância que tem um papel fundamental para garantir o caráter democrático de atuação do Sistema Conselhos. O que nós estamos fazendo é buscar a atualização da lei 5.766, de 1971, que criou o CFP, de modo a garantir, formalmente, essa democracia no interior do Sistema Conselhos.

PSI – Essa questão já não está encaminhada?

Humberto Verona – A proposta de alteração da lei já está com o governo, mas há outros aspectos a serem abordados dentro desse eixo. Uma questão frequente, por exemplo, é a de como conciliar um projeto nacional para a Psicologia com os projetos e necessidades de cada região.

PSI – E sobre o eixo do diálogo com a sociedade?

Humberto Verona – Pensar a profissão com as suas ferramentas, a sua ciência, é nosso papel. Fazer isso com compromisso social também é tarefa nossa. Dialogar com a sociedade, para saber quais são as urgências dessa sociedade é, digamos assim, o nosso “eixo para fora”. É ouvir o Estado brasileiro, é ouvir os movimentos sociais, é saber o que,

hoje, no Brasil, é pauta na linha da busca de consolidação de direitos. Na verdade, essa é uma preocupação que já vem desde a origem dos CNPs. Os psicólogos têm clareza de que o compromisso social passa obrigatoriamente por esse diálogo.

PSI – Como tem se dado esse diálogo?

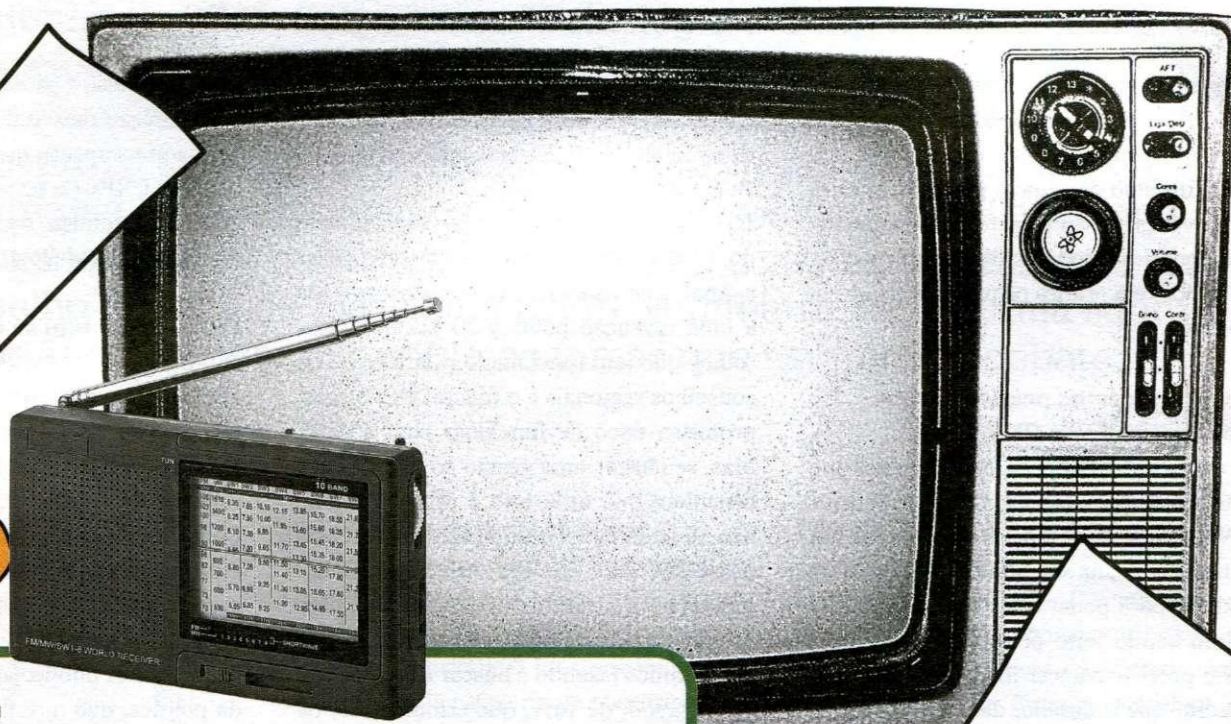
Humberto Verona – Hoje nós temos um diálogo muito próximo com os movimentos sociais. Temos assento em vários espaços na sociedade, como é o caso do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). E no diálogo com o Estado, o Crepop tem sido o carro-chefe dessa interlocução. A gente vai lá e diz para o gestor público, que está na condução da política, que nós, psicólogos, queremos participar. Por exemplo, contribuindo na implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) ou em políticas na área da Educação. E, aí, assumimos um compromisso com o Estado brasileiro de retornar com contribuições concretas para ajudar na implementação dessas políticas.

PSI – Há algum tema especialmente sensível neste momento no diálogo com o Estado?

Humberto Verona – Penso na questão da Luta Antimanicomial. Existe todo um movimento de contrarreforma começando a mostrar suas vozes e querendo fazer um retrocesso na política. Precisamos nos movimentar e mostrar que a morosidade na implantação da reforma está colocando em risco a própria reforma. ●

a sociedade quer

mídia



OS EIXOS TEMÁTICOS DA CONFERÊNCIA

O tema central da Confecom será “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”. Os eixos que deverão orientar as discussões da conferência são: “Produção de Conteúdo”, “Meios de Distribuição” e “Cidadania: Direitos e Deveres”. Veja, a seguir, o que cada um deles contempla:

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Conteúdo nacional; produção independente; produção regional; garantia de distribuição; incentivos; tributação; financiamento; fiscalização; propriedade das entidades produtoras de conteúdo; propriedade intelectual; órgãos reguladores; competição; aspectos federativos; marco legal e regulatório.

MEIOS DE DISTRIBUIÇÃO

Televisão aberta; rádio; rádios e TVs comunitárias; internet; telecomunicações; banda larga; TV por assinatura; cinema; mídia impressa; mercado editorial; sistemas público, privado e estatal; multiprogramação; tributação; financiamento; responsabilidade editorial; sistema de outorgas; fiscalização; propriedade das entidades distribuidoras de conteúdo; órgãos reguladores; aspectos federativos; infraestrutura; administração do espectro; publicidade; competição; normas e padrões; marco legal e regulatório.

CIDADANIA: DIREITOS E DEVERES

Democratização da comunicação; participação social na comunicação; liberdade de expressão; soberania nacional; inclusão social; desenvolvimento sustentável; classificação indicativa; fiscalização; órgãos reguladores; aspectos federativos; educação para a mídia; direito à comunicação; acesso à cultura e à educação; respeito e promoção da diversidade cultural, religiosa, étnico-racial e de gênero, orientação sexual; proteção a segmentos vulneráveis, como crianças e adolescentes; marco legal e regulatório.

democrática

Marcada para os dias 14 a 17 de dezembro, em Brasília, a realização da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) é uma vitória da sociedade brasileira. Depois de muitas iniciativas por parte da sociedade civil para convocar uma conferência sobre o tema, finalmente acontecerá o debate. O que está em jogo – a democratização da comunicação no Brasil – envolve grandes interesses. Não por acaso, o evento vem sendo marcado por uma disputa acirrada, com direito a toda sorte de artimanhas que antecede uma decisão de futebol.

No último dia 9 de outubro, em reunião com os ministros Hélio Costa (Comunicações), Franklin Martins (Secom) e Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência), o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, decidiu pelo adiamento da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) para 14 a 17 de dezembro. A nova data foi definida para compatibilizar a agenda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Como ele viaja para o exterior no início de dezembro, não poderia participar do evento, convocado inicialmente por ele mesmo para 1º a 3 de dezembro. O adiamento pode até mesmo ser justificado mas, no contexto em que ocorre, se incorpora às muitas idas e vindas ocorridas durante toda a preparação da Conferência, um verdadeiro festival de dribles à Garrincha. Isso sem falar do jogo de cena político que, em determinados momentos, faz lembrar aqueles dublês de jogadores/atores simulando cotoveladas no rosto. Ao fim e ao cabo, tamanha catimba dá, ao menos, uma ideia do quanto está em jogo com a realização da Confecom. →

O QUE OS PSICÓLOGOS DEFENDEM

O Conselho Federal de Psicologia lançou um *hotsite* abordando exclusivamente a questão da Comunicação (<http://comunicacao.pol.org.br>). Sob o título de "Mídia - Vamos Desvelar os Donos Dessa Voz", o *site* coloca em evidência os temas da Conferência de Comunicação que mais diretamente dizem respeito à Psicologia e busca mobilizar os psicólogos de todo o Brasil para participar dos debates.

O site traz textos contendo cinco diretrizes a serem defendidas na Conferência: Eles se referem ao fim da publicidade dirigida às crianças; o fim da publicidade de bebidas alcoólicas; contra a exploração da imagem da mulher, do homem, das crianças e dos adolescentes na mídia; o controle social na mídia e, ainda, as relações entre mídia e trânsito. Veja a seguir os temas em torno dos quais os psicólogos estão se posicionando:

FIM DA PUBLICIDADE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A publicidade dirigida a crianças e adolescentes gera efeitos nocivos como o incentivo ao consumismo. Esse fato é reconhecido e evidenciado pela existência de regulação desse tipo em países como Bélgica, Dinamarca, Grécia, Irlanda, Itália, Noruega, Suécia e Inglaterra. No Brasil, o Projeto de Lei 5.921, de 2001, que regula a publicidade de produtos e serviços destinados a crianças e adolescentes tramita há quase 10 anos na Câmara dos Deputados, sem chegar a uma definição.

FIM DA PUBLICIDADE DE BEBIDAS ALCOÓLICAS

A estratégia publicitária da indústria de bebidas alcoólicas alia a bebida ao esporte, às conquistas amorosas e de *status*, misturando realidade com o apelo ao uso das bebidas. No Brasil, a regulação é feita pela própria publicidade que não possui interesse em reduzir o consumo. Mesmo as leis existentes seguem sendo descumpridas: a indústria cria artifícios legais para burlar as restrições à publicidade.

CONTROLE SOCIAL DA MÍDIA

Controle social é o exercício de organização da sociedade para que, como sociedade, faça com que os meios de comunicação possam desenvolver caminhos estéticos, representacionais, que tenham a ver com as nossas vidas. Controle social não é censura. A proposta é de que ele ocorra em processos de negociação envolvendo a sociedade civil e sempre *a posteriori*. Os Conselhos de Psicologia também rejeitam a tese de que o controle social vá interferir na prática dos profissionais envolvidos na produção e circulação de informação e bens culturais. O controle será exercido de forma sistêmica e não sobre o comportamento de cada profissional. O ponto fundamental é que o interesse comercial não pode ser maior do que o social.

CONTRA A EXPLORAÇÃO DA IMAGEM HUMANA NA PUBLICIDADE

O corpo de mulheres, homens, crianças e adolescentes é utilizado como elemento fundamental de atração para o consumo. Essa estratégia contribui para a superficialidade nas relações pessoais, familiares e sociais. A promoção de valores materialistas, o encorajamento do egoísmo, da passividade, do conformismo, com o conseqüente enfraquecimento dos valores democráticos, são apenas alguns dos problemas que se criam quando a imagem do ser humano vira objeto de exploração.

MÍDIA E TRÂNSITO

No mundo todo, mais de 1 milhão de pessoas morrem, por ano, em acidentes de trânsito. No Brasil, são mais de 40 mil mortes por ano, incluídas aí mais de 3 mil crianças em idade escolar. Casos de mutilação e paraplegias severas causam, ano a ano, impacto de mais de 5 bilhões de reais no orçamento público brasileiro. O poder público veicula campanhas de paz no trânsito. Mas esses apelos são ofuscados pelo brilho sedutor da publicidade. O estímulo ao transporte individual ignora os graves problemas urbanos causados pelo excesso de automóveis e ofusca as lutas por transporte público de qualidade.

Não é difícil entender os retardos, demoras e discussões que antecedem o evento. Propor políticas públicas de comunicação democráticas, capazes de garantir o direito de todos a criar e divulgar representações de si e do mundo, ter acesso integral a informações e a modos plurais de comunicação toca em interesses políticos e econômicos há muito estabelecidos. O fato é que até a data do adiamento não havia sequer clareza quanto à participação dos grandes empresários da mídia. Vale lembrar que, ainda no começo do ano, representantes dos empresários entregaram ao ministro das Comunicações, Hélio Costa, uma carta contendo “exigências mínimas” para participar do evento. Posteriormente, anunciaram a decisão de não participar da comissão organizadora da Conferência. Se estarão em campo quando o jogo começar, só esperando para ver.

Reflexo de uma composição ministerial heterogênea, o Governo Federal também não adotou postura clara em relação à Conferência. Isso se mostrou, por exemplo, na demora na convocação e na definição do regimento. Vale recordar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu com a realização da Conferência no último Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2009. O decreto de convocação da Conferência só saiu em 16 de abril e o regimento da Conferência veio à luz apenas em

setembro, interferindo no debate preparatório em todo o País.

Com o propósito de atrair o setor privado para a Conferência, o Governo Federal abriu mão de parcela de representantes a que teria direito em favor dos empresários. Ao final, a proporcionalidade da representação dos segmentos entre os delegados ficou sendo de 40% de empresários, 40% da sociedade civil não-empresarial e 20% do Governo. A solução gerou controvérsias. Nenhuma outra conferência havia, até então, adotado composição semelhante. Para muitos setores, a concessão foi tida como indevida; para outros, a única forma de garantir a presença dos três setores.

Em São Paulo, e para embolar um pouco mais o meio de campo, o governo Serra optou por não convocar a conferência estadual, delegando a tarefa ao Legislativo estadual, mais exatamente à Comissão de Transportes e Comunicação. A decisão evidenciou, de um lado, o grau de compromisso do executivo estadual paulista com a Conferência. De outro, e em termos práticos, significou a não disponibilização de recursos suficientes para dar suporte à realização da conferência estadual. No fechamento desta edição, ainda não estavam decididas as regras que norteariam a conferência estadual, como, por exemplo, o número de participantes.

CONTROLE SOCIAL – O que quer que resulte de todo este *imbroglio*, é certo que as discussões vão se estender por toda a Conferência. Um aspecto central é o estabelecimento de formas efetivas e democráticas de controle social. O argumento da sociedade civil não-empresarial é que, sendo um bem público, a Comunicação precisa de instrumentos que zelem pelos direitos da sociedade como um todo. Representantes do empresariado reagem contra propostas nesse sentido sob a alegação de censura.

Para a deputada Luiza Erundina, que vem acompanhando de perto o processo da Conferência (veja entrevista na página ao lado), trata-se apenas da reação de um setor que, até hoje, viveu livre de qualquer controle por parte da sociedade. Mas a questão não é simples, mesmo do ponto de vista das demais entidades da sociedade civil. O desafio é construir instrumentos de controle social democráticos, fora do controle do Estado, evitando-se um indesejado instrumento de censura.

“A correlação de forças pode não favorecer a sociedade civil não-empresarial neste momento”, avalia a conselheira do CRP SP Fátima Nassif, “mas o simples fato de conseguir que o evento se realize é um passo inicial extremamente importante”. Segundo ela, a sociedade reclama o seu direito de ser ouvida e de interferir em uma área que a afeta diretamente.

“A Conferência está produzindo um efeito pedagógico muito interessante fazendo com que a discussão sobre a mídia ocorra nos mais variados espaços e segmentos”, diz Fátima Nassif. Muitas conferências municipais e regionais foram organizadas, assim como conferências livres com temas específicos e debates em escolas, sindicatos e outros espaços. Este processo, segundo ela, vai contribuir para uma mudança qualitativa na relação da sociedade com a mídia, menos passiva e mais crítica. “As empresas da área devem usar seu poder de fogo para retardar ao máximo esse processo”, acredita Fátima. “No longo prazo, e sob regras democráticas, essas manobras podem se mostrar apenas protelatórias. Mas para que haja mudanças reais no cenário será preciso que a sociedade civil busque uma articulação cada vez maior.” ●

PSICÓLOGOS ENVOLVIDOS NO DEBATE

O tema Psicologia e Comunicação é uma das prioridades do Sistema Conselhos de Psicologia em sua atual gestão. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) conta com um Coletivo Nacional de Mídia e Psicologia”, com representantes de todos os conselhos regionais, no qual diversos aspectos desse tema são abordados. O Sistema Conselhos também faz parte da Comissão Organizadora Nacional da Conferência e de comissões organizadoras nos estados, entre eles, São Paulo, ajudando a construir o evento juntamente com outras entidades, entre elas o Sindicato dos Psicólogos. O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), por sua vez, tem promovido iniciativas para tratar do tema, caso da série “Midiálogos”, na qual foram debatidas questões envolvendo a Mídia e a Psicologia.

“A comunicação permeia um amplo leque de questões na sociedade contemporânea e isso apresenta reflexos importantes na vida das pessoas”, afirma a psicóloga Sueli Schiavo, integrante do Núcleo de Mídia e Psicologia do CRP SP. Ela observa que muitos problemas enfrentados pelas pessoas em seu cotidiano estão de alguma forma associados ao tipo de comunicação existente. “O padrão de beleza imposto pelos meios de comunicação é um fator que pode contribuir para transtornos alimentares; a forma como uma mulher, um negro ou um homossexual são tratados em um programa humorístico pode estimular comportamentos desrespeitosos; a publicidade dirigida a crianças tem o potencial de desenvolver um consumismo exagerado”, exemplifica.

A isso, diz, ainda se podem acrescentar questões ligadas à saúde da população, como a publicidade de medicamentos e a de bebida alcoólica. Sueli nota que, embora já existam alguns controles nessa área, eles ainda são insuficientes.

contra a concentração de poder

A Deputada Luiza Erundina tem acompanhado de perto as questões envolvendo a Conferência de Comunicação. Na entrevista a seguir, ela defende a necessidade de normas claras, que reduzam a concentração de poder na área e que sejam capazes de atender ao conjunto dos brasileiros.

PSI – Por que a Confecom é importante?

Luiza Erundina – O setor de Comunicação no Brasil se ressentia da falta de uma legislação mais atual. Basta lembrar que o Código Brasileiro de Telecomunicação é de 1962. De lá para cá, ocorreram transformações profundas no âmbito da tecnologia, como o surgimento de novas mídias, a chegada do sistema digital e o avanço da convergência. Ao mesmo tempo, a comunicação é um bem público, algo que envolve a vida de toda a sociedade. Pelos meios de comunicação se reproduzem valores, cultura, ideologia. Um campo tão sensível como esse precisa, portanto, dispor de normas claras que atendam ao conjunto dos brasileiros. A Conferência de Comunicação surgiu com essa perspectiva. Ela é, em princípio, um espaço no qual esse tema pode ser amplamente debatido e de onde podem sair diretrizes para o futuro.

PSI – Há algum aspecto que requer especial atenção na Conferência?

Luiza Erundina – Um dos pontos a serem enfrentados é a questão da outorga e renovação de concessões de TV. Os prazos de concessão são muito extensos; são dez anos para concessão de rádio e 15 para TV. Isso favorece a existência de um oligopólio nas Comunicações. Há uma concentração de poder nas mãos de quatro ou cinco grupos empresariais. Outro ponto importante é a questão do controle social. Hoje o único mecanismo de representação da sociedade civil é o Conselho de Comunicação Social, criado pela Constituição de 1988. Por si só, e por ter caráter apenas consultivo, ele já não seria suficiente para garantir formas

efetivas de controle social. Ainda assim, está inoperante há três anos e a última direção está com os mandatos vencidos! É uma lei federal que está sendo desrespeitada. Por conta disso, inclusive, entrei com representação no Ministério Público para que o Senado seja questionado a esse respeito.

PSI – Até que ponto esse tema sensibiliza as pessoas?

Luiza Erundina – Até pela sua complexidade, esse tema não atinge a média da população brasileira. Ao mesmo tempo, há uma resistência por parte das empresas e também do governo em debater o assunto. Mas a questão da Comunicação foi colocada em pauta pelas entidades da sociedade civil e ganhou um impulso muito grande nos dois últimos anos. Essa pressão não tem mais como ser ignorada. O governo federal não convocaria essa conferência se essa pressão não fosse tão grande.

PSI – Como vê a posição do Governo Federal em relação à Conferência?

Luiza Erundina – O presidente Lula se comprometeu com a realização da Conferência no último Fórum Social Mundial, mas o Governo Federal tem se mostrado conivente com os empresários em vários aspectos. Por exemplo, fez coro com os empresários no sentido de que se adotasse um quorum que é extremamente desequilibrado em relação àquilo que a sociedade representa. Exigir 60% mais um para decidir questões polêmicas é excessivo. Da mesma forma apoiou uma proporcionalidade irreal de representação na Conferência, com 40% dos Empresários, 40% da sociedade civil e 20% do Governo. Tudo isso sem falar que o próprio ministro das Comunicações, Hélio Costa, disse, em um encontro com empresários, que não queria a Conferência. O fato é que uma série de decisões envolvendo a preparação da Conferência Nacional foi adiada, entre elas a aprovação do Regimento, em uma manobra típica de quem não quer jogo.

PSI – Os empresários associam controle social à censura. Como vê a questão?

Luiza Erundina – A Conferência aponta na direção de um controle maior desse setor nos anos futuros, o que envolve a modificação do marco legal. Ela representa o fim de uma autonomia sem limites que as empresas comerciais de comunicação têm desfrutado até agora. Acenar com o fantasma da censura é um pretexto. Um biombo atrás do qual os empresários se escondem para evitar o debate e fugir ao controle pela sociedade.

PSI – O que se pode esperar de uma Confecom com ou sem a presença dos empresários?

Luiza Erundina – Ter a participação dos empresários é, sem dúvida, muito importante. Mas se eles não quiserem ir, penso que se deve fazer a Conferência da mesma forma. Acredito que, do ponto de vista dos movimentos sociais, o grande saldo da Conferência será o avanço na organização, avanço que vai permitir manter a pressão sobre empresários e governo.



detran

sobre avaliação psicológica

A Resolução nº 283, de 1º de julho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), dispondo sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento de entidades têm gerado diversos pedidos de esclarecimento por parte dos psicólogos. De acordo com ela, a partir de 15 de fevereiro de 2013, só poderá ser credenciado o psicólogo que tiver o título de Especialista em Psicologia do Trânsito, reconhecido pelo Conselho Federal de Psicologia.

p

arte das dúvidas está associada aos aspectos de adequação à nova lei por parte dos atuais credenciados, em particular no que se refere à nova carga horária, de 180 horas, contra as 120 horas exigidas até então. Outras questões remetem à aplicação dos testes, exclusividade de local, divisão equitativa e requisitos para cadastramento.

Levando em consideração que os psicólogos que atuam no setor devem obedecer, além das resoluções do CFP e do Código de Ética, também as Resoluções do Contran e as Portarias e os Comunicados do Detran, o Jornal PSI ouviu Denise Farah, psicóloga chefe do Serviço de Psicologia do Detran de São Paulo, que abordou os principais tópicos do tema.

PSI – Os procedimentos referentes ao credenciamento de psicólogos estão estabelecidos?

Denise Farah – A resolução prevê que, em 15/02/2013 todos os psicólogos credenciados terão de ter o título de Especialista em Psicologia do Trânsito. Sem o título não será possível obter o credenciamento

inicial, a renovação de credenciamento e, também, não será possível fazer mudança de endereço. O psicólogo que a partir de 15/02/2010 desejar fazer o credenciamento inicial e/ou a mudança de endereço terá que apresentar o certificado do curso de capacitação para psicólogo perito examinador de trânsito com carga horária de 180 horas/aula. A dúvida se refere sobre a exigência de carga horária para aquele que, a partir de 15 de fevereiro de 2010 até fevereiro de 2013, desejar fazer a renovação de credenciamento: este item está para ser definido e assim que estabelecido será divulgado. De qualquer forma, minha sugestão para os psicólogos que já atuam na área é, e tem sido até agora, completar as 60 horas de treinamento necessárias para atender à Resolução, evitando dificuldades futuras.

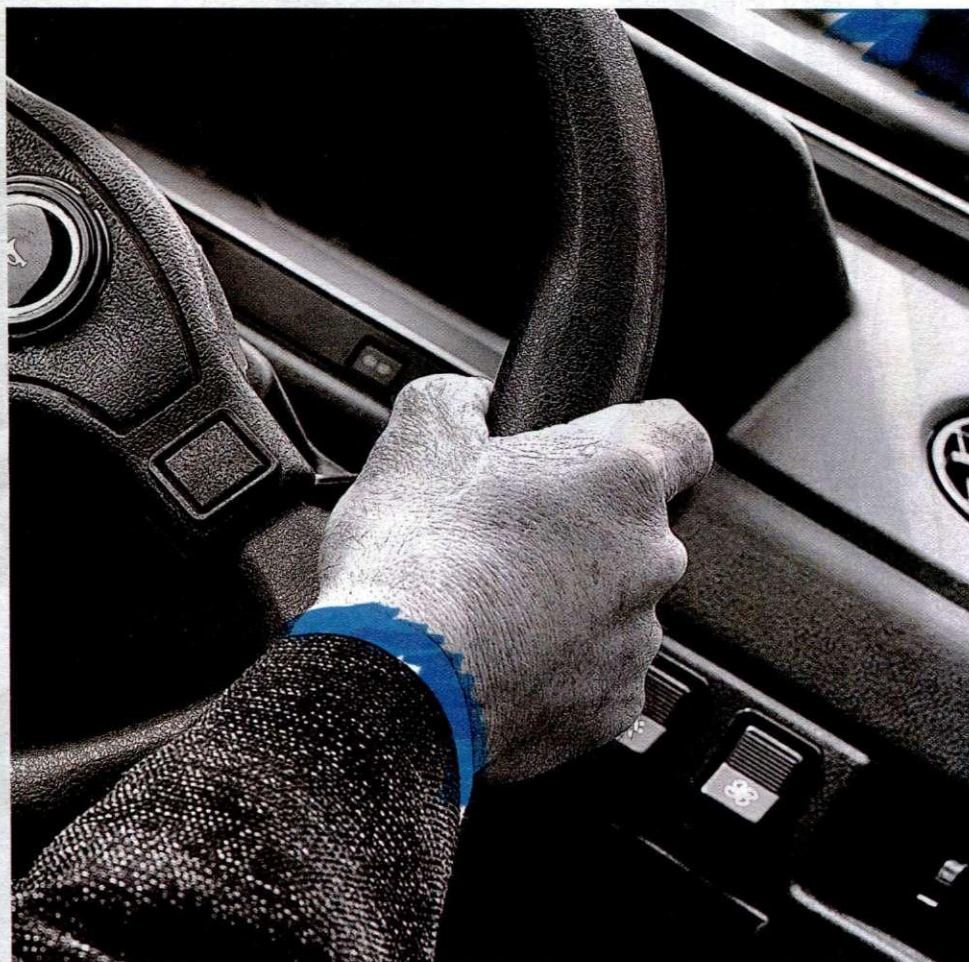
PSI – Quais são os testes obrigatórios que os psicólogos devem realizar nas avaliações de CNH?

Denise Farah – A bateria mínima de testes de avaliação psicológica deve ser a seguinte: 1) O teste PMK, com 6 folhas, com exceção das escadas e das cadeias verticais. Outros testes de personalidade, e somente os grafos ou projetivos, como, por exemplo, Palográ-

fico, Pfister e Zulliger, podem ser utilizados apenas como complementares; 2) Um teste não-verbal de inteligência de livre escolha e 3) Três testes de atenção (um de atenção distribuída, um de atenção difusa e um de atenção concentrada) também de livre escolha. Convém lembrar que o PMK é obrigatório, podendo ser substituído apenas em casos excepcionais, isto é, se o examinando não dispuser de condições para realizá-lo, como no caso dos portadores de deficiência física nos membros superiores. Também é importante lembrar que o PMK deve ser aplicado integralmente dentro das normas, como consta no manual do teste (Normas de Aplicação), não sendo aceitável, portanto, sua aplicação parcial, com 4 folhas, como já foi registrado em algumas ocasiões. O mesmo rigor vale para o teste Palográfico, que não dispensa a análise quantitativa, além da qualitativa, e que, quando usado nas condições descritas acima, não deve ser utilizado como teste único de personalidade, necessitando sempre de um complementar. Ainda quanto aos testes, lembro que é importante que o psicólogo alterne os testes de livre escolha, para minimizar o aspecto “treino” por parte dos candidatos.

esclarece

para obtenção de cnh



PSI – É permitido ao psicólogo atuar junto aos Centros de Formação de Condutores (CFCs) com pessoas que apresentam dificuldades tais como medo de dirigir?

Denise Farah – Sim, desde que esse psicólogo não seja credenciado. Psicólogos credenciados pelo Detran não podem manter qualquer tipo de vínculo com os CFCs.

PSI – O local para avaliação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) é exclusivo para esse fim?

Denise Farah – Sim, é exclusivo. Eu reconheço que muitos psicólogos gostariam de dispor desse espaço para outras ati-

dades, até porque arcam com as despesas de sua manutenção. Contudo, a legislação exige que o local de avaliação só possa ser utilizado para o credenciamento e, no caso do interior do Estado, para a realização dos exames psicopedagógicos relacionados ao trânsito (na Capital esses exames são realizados pelo próprio Detran). Os exames psicopedagógicos citados se referem à seleção de motorista escolar e avaliações psicológicas para instrutores de autoescola. Vale acrescentar que o local de avaliação não pode ser utilizado para outra atividade mesmo fora do horário de funcionamento.

PSI – O Sistema de Divisão Equitativa é obrigatório?

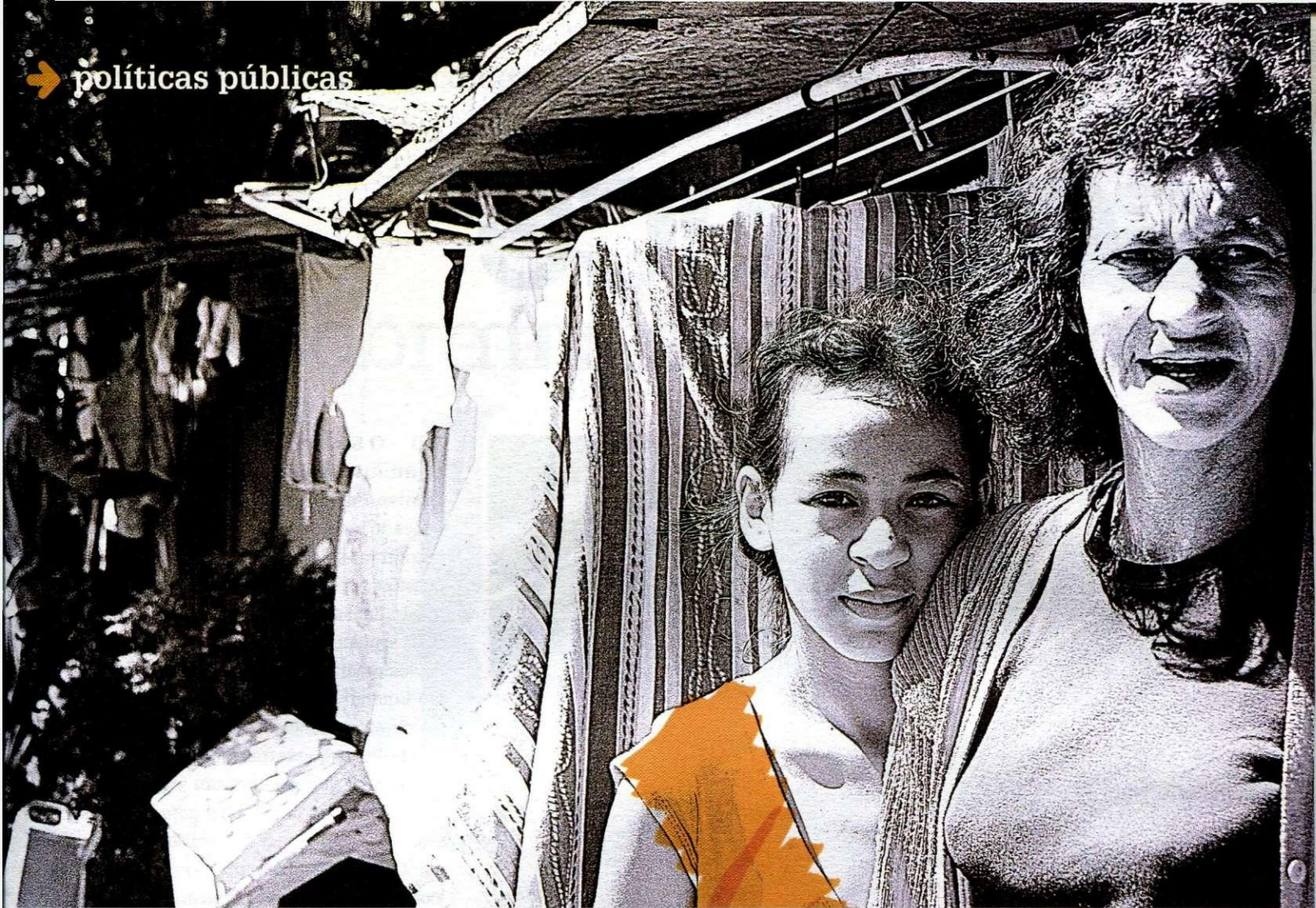
Denise Farah – Sim, é obrigatório nas cidades do interior do Estado. Algumas cidades encontram-se fora da referida divisão por questões jurídicas, porém aguardando julgamento final do Tribunal Superior, sendo que essas sentenças têm sido favoráveis à divisão. Pessoalmente entendo que o sistema de Divisão Equitativa é o mais apropriado entre os psicólogos credenciados de uma determinada cidade. Penso que se trata de um sistema mais equânime e que assegura um grau de autonomia maior ao profissional para fazer suas avaliações com o rigor necessário. Vale notar que a porcentagem de reprovação é maior nos locais onde a divisão equitativa existe, o que evidencia a referida autonomia.

PSI – Onde é adotado o sistema de Divisão Equitativa, um candidato reprovado que deseje se submeter a nova avaliação precisa fazê-lo com o mesmo psicólogo que o atendeu da primeira vez? Há um intervalo de tempo definido antes que ele possa fazer a nova avaliação?

Denise Farah – Pelo comunicado 60 do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Formação de Condutores (Gefor), o candidato reprovado em uma avaliação fica, sim, atrelado ao psicólogo que o examinou da primeira vez. O prazo para uma nova avaliação usualmente adotado no Detran varia entre seis meses e um ano. Esse prazo é variável, leva em conta as doenças emocionais e, conseqüentemente, o tipo e grau de dificuldade apresentada pelo candidato.

PSI – Qualquer psicólogo pode se cadastrar junto ao Detran?

Denise Farah – Não há qualquer limitação nesse sentido. Qualquer psicólogo pode se cadastrar, bastando para isso cumprir as exigências e apresentar a documentação solicitada pelo Detran. ●



habitação

na apresentação da coletânea, Maria Helena Souza Patto situa o papel central da globalização e do neoliberalismo; aponta sua influência sobre as políticas públicas no Brasil e assinala seus limites e distorções. Não é o caso, como ela esclarece, de ser contra políticas públicas que visam os direitos sociais – mesmo estando ciente de que “em sociedades estruturalmente desiguais, as políticas públicas voltadas para a garantia de direitos sociais são uma estratégia ideológica de legitimação da ordem capitalista que despolitiza a maioria da população”. Mas é o caso de ser contra as formas “impositivas e meramente técnicas de realizá-las, pois se trata de uma dimensão política da vida social, que pede a ampliação da participação popular no processo decisório”.

É nesse contexto – e tendo agora como pano de fundo o “Programa Minha Casa,

Minha Vida”, que se dispõe a reduzir em 7,8 milhões o déficit de moradias no País para famílias com até três salários mínimos – que se pode ler a parte da coletânea voltada para a Habitação na cidade de São Paulo, coordenada por Lygia de Sousa Viégas, com a participação de Juliana Breschigliari. Na entrevista a seguir, Lygia aborda algumas questões ligadas às políticas de habitação, a habitação como cidadania, os movimentos de moradia e o significado do tema sob o ângulo da Psicologia.

PSI – A partir de que momento a questão da habitação como direito ganha força no Brasil?

Lygia Viégas – Em um país onde os direitos sociais são vistos sob a ótica do favor, o caso do direito social à habitação possui algumas peculiaridades. Além de ser tardia sua inclu-

são como direito, apenas a partir da década de 1930, no contexto populista de Getúlio Vargas, essa inclusão se dá marcada por uma preocupação mercadológica, em vários sentidos: garantindo lucro para empreiteiras e gerando emprego para a mão-de-obra não qualificada e movimentando, assim, uma economia em recessão. Afora isso, é fundamental destacar que a inclusão do direito à habitação no bojo dos direitos sociais se dá também de forma “periférica”, no duplo sentido da palavra: um direito secundário, quase como decorrência do direito ao trabalho, à educação e à saúde – ou seja, quem consegue garantir esses três direitos, vistos como primários, consegue, pelo próprio esforço, garantir o direito à habitação; e um direito que, quando garantido por políticas públicas, o é por meio da construção de habitações precárias situadas em bairros periféricos da cidade, quando não em cidades

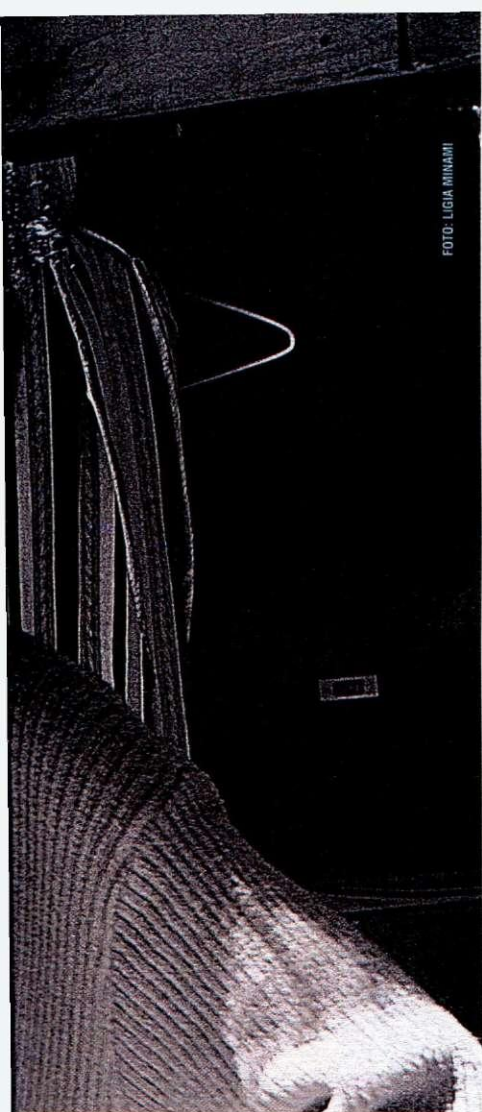


FOTO: LIGIA MINAMI

Habitação é um dos tópicos abordados na recém-lançada coletânea “A Cidadania Negada – Políticas Públicas e Formas de Viver”. Organizada pela psicóloga Maria Helena Souza Patto – e com as contribuições de mais 14 pesquisadores do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo –, a obra também aborda questões referentes ao Trabalho, à Educação, à Segurança, à Saúde e à Cultura e Lazer. A partir de análises e entrevistas, compõe-se um quadro que evidencia desde as estruturas sociais e econômicas geradoras de desigualdades e destaca as leituras e as respostas de 36 homens e mulheres frente as suas experiências.

e a cidadania negada

distantes da capital paulista, como é o caso da Cohab de Carapicuíba, que, apesar de não ser construído na Capital, é uma política pública municipal de São Paulo. Nesse sentido, ousou afirmar que, infelizmente, ainda hoje a política habitacional não ganhou força no Brasil.

PSI – Como a questão da moradia se relaciona com outros direitos?

Lygia Viégas – O que pudemos observar a partir dos depoimentos colhidos no livro é que, geralmente, quem depende de uma política habitacional para viver também está dependendo dos outros direitos sociais para garantir sua qualidade de vida. Ou seja, precisa de escola pública, saúde pública, de políticas sociais de geração de emprego e renda, espaços públicos de lazer e cultura e segurança pública. Nesse sentido, garantir o direito social à habitação implica

em vincular essa habitação a um entorno com serviços e equipamentos públicos que garantam condições mínimas de acesso à cidadania a essas famílias. Nós entrevistamos uma família de moradores que estava na rua, pois a habitação popular oferecida como política pública, além de precaríssima, ficava situada fora dos espaços onde conseguiriam trabalho ou mesmo doações de comida, roupa, dinheiro, que é o que garantia a sobrevivência deles, na condição em que se encontravam. Assim, parece que escolheram morar na rua. Mas o fato é que foi o que sobrou para eles.

PSI – Qual a relação entre moradia e Psicologia?

Lygia Viégas – Interessante essa pergunta, pois de alguma maneira ela denota que não é tão óbvio, para psicólogos, pen-

sar na importância da moradia na vida das pessoas. De fato, fomos encontrar mais bibliografia pensando o morar no campo da Arquitetura, da Sociologia, da História, da Economia. Psicólogos pouco têm contribuído com reflexões teóricas sobre o tema. No entanto, a própria palavra “casa” nos remete a conforto, segurança, bem-estar. Eu pude experimentar essa sensação no contexto da pesquisa, quando visitava habitações precárias – desde os conjuntos habitacionais até favelas, cortiços, a rua e ocupações de movimentos populares sem-teto – e, quando chegava em casa, vivia um misto de alívio e mal-estar. Como colocamos no próprio livro, habitar é uma experiência afetiva de enraizamento, que faz parte da constituição da identidade das pessoas e, portanto, das suas formas de viver, com maior ou menor dignidade. ➔

Morar com dignidade é mais do que ter um teto sobre a cabeça. É poder habitá-lo, no sentido mais amplo da palavra “habitar”.

PSI – A Psicologia tem algum papel também com relação a preconceitos nesse campo?

Lygia Viégas – Sim, a Psicologia pode contribuir para uma reflexão sobre os preconceitos que são muitos nessa área. No imaginário social, favela e favelado, por exemplo, representam um local e uma população que não se esforça, preguiçosa, malandragem, marginal. O mesmo se aplica ao cortiço e aos encortiçados. No caso dos moradores de rua, então, a situação fica mais gritante. Chamamos de mendigo! Creio que todos se lembram da situação em que três jovens de Brasília atearam fogo em um índio e, quando foram autuados pela polícia, justificaram o ato dizendo que pensavam se tratar de um mendigo. Com isso, afirmavam, com muita naturalidade, que atear fogo em mendigo é uma prática permitida. Nesse sentido, pensar os preconceitos que envolvem as formas de habitação é uma importante contribuição que a Psicologia pode oferecer à questão habitacional.

PSI – No capítulo de Habitação você incluiu uma biografia e uma entrevista com Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, ligado ao Movimento de Moradia do Centro. Qual a principal contribuição dele para esse estudo?

Lygia Viégas – A participação de Gegê na pesquisa foi além de simplesmente dar um depoimento. Aliás, o que está publicado do depoimento não chega a um terço de tudo o que ele nos falou na entrevista, que se caracterizou como história de vida, somando 12 horas de depoimento. Gegê também ajudou e muito a pensar a situação de moradia de maneira mais ampla. Além disso,

ele pode nos ensinar muito sobre o que é a organização de um povo na luta por seus direitos, experiência militante que rendeu a ele um mandado de prisão com motivação absolutamente política. O aspecto mais fundamental que a entrevista de Gegê sinaliza, no meu ponto de vista, vai além de sua análise tão profunda da situação habitacional no Brasil e em São Paulo. Ele nos mostra, com sua trajetória de vida, uma das marcas centrais de um país que trata dos direitos sociais sob a égide do favor. Gegê é a mais autêntica expressão da criminalização dos movimentos sociais. ●

NA ESQUINA DA HABITAÇÃO COM A SAÚDE

As residências terapêuticas destinadas a moradores egressos de hospitais psiquiátricos envolve, em diferentes medidas, as áreas da Habitação e da Saúde. De acordo com censo realizado no ano passado pela Secretaria de Estado da Saúde, existiam no Estado de São Paulo 12.136 leitos psiquiátricos, dos quais 6.349 ocupados por pacientes-moradores. Para a diretora técnica da Divisão de Saúde, a psicóloga Mirsa Elisabeth Dellosi, a proposta é oferecer condições para que essas pessoas deixem os hospitais e passem a viver em residências, seguindo um caminho já percorrido por outros egressos.

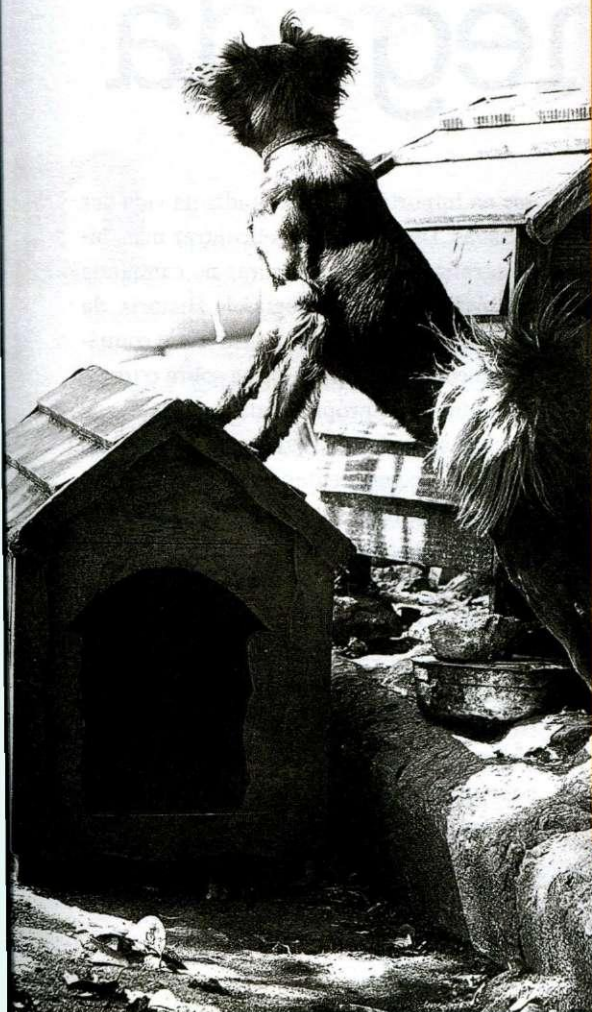
Em São Paulo, a experiência de criar uma porta de saída para doentes mentais começou nos anos 80, com os então chamados lares abrigados. O sucesso da iniciativa, associado ao movimento da Luta Antimanicomial, contribuiu para a criação das residências terapêuticas, estabelecidas em 2000 pela Portaria 106 do Ministério da Saúde. As residências funcionam de maneira similar a uma república de estudantes, contando, porém, com a supervisão de cuidadores que respondem a um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou a um ambulatório. A ideia é que essas pessoas possam, nesse novo ambiente, retomar pouco a pouco a sua cidadania e, no limite, deixem a residência para viverem em suas próprias casas, como já tem ocorrido em algumas localidades.

Um dos desafios atuais consiste exatamente na oferta de residências terapêuticas, especialmente diante da proposta de desinstitucionalizar pelo menos metade dos 6.349 moradores considerados “prontos” para viver fora dos hospitais. “Atualmente existem 214 residências terapêuticas no Estado de São Paulo, sendo 20 na capital”, diz Mirsa. “A Secretaria de Saúde está se propondo a criar 400 novas residências até 2011.”

Outro aspecto a ser considerado é o fato de que os moradores poderão escolher para onde querem ir, levando em conta aspectos como cidade de origem, família ou o desejo de continuar ao lado de algum companheiro/a com quem tenha estabelecido laços afetivos durante a sua internação. Ou seja: a distribuição geográfica das novas residências pode não se mostrar suficiente para atender às diferentes demandas da população egressa.

Vale lembrar que as residências terapêuticas são, em geral, casas alugadas e que esse processo se dá, por questões legais, com a intermediação de instituições filantrópicas. Há, contudo, outras iniciativas interessantes e que envolvem mais de perto a questão das políticas de Habitação. Mirsa aponta, nesse sentido, o exemplo de prefeituras que destinaram um certo número de habitações em conjuntos residenciais populares para egressos de hospitais psiquiátricos. “Isso permite a esses pacientes se tornarem proprietários de suas próprias casas e ampliar a sua cidadania”, diz.

Mirsa nota que o sucesso das residências terapêuticas tem gerado inclusive novas demandas. “Há quem defenda sua utilização para abrigar moradores de rua, por exemplo. Eu acredito que o modelo possa ser empregado também nesses casos, mas entendo que esta é uma questão da área Social e não da Saúde.”



→ um mundo melhor é possível

30 anos de anistia memória necessária

Zilah Wendel Abramo é formada em Ciências Sociais pela USP, mas nunca chegou a trabalhar efetivamente no campo. Como ela costuma repetir com bom humor, sua única contribuição para a Sociologia Brasileira foi participar, com seu marido, o jornalista Perseu Abramo, da formação das duas filhas, sociólogas. Isso não significa, contudo, que ela não tenha dado (e continue dando) uma importante contribuição para o debate de questões políticas e sociais do País. Zilah foi assessora da Secretaria de Estado da Saúde para a área de Recursos Humanos e também trabalhou, de 1962 a 1964, como professora da Universidade de Brasília. Mas foi como militante do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que ela se destacou. Atualmente na presidência do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo, Zilah acompanhou diversos debates sobre os 30 anos da Lei da Anistia, completados este ano.

Como é sabido, o período da ditadura militar no Brasil foi marcado pela prisão, tortura e morte de muitos opositores políticos. Em 1979, contudo, os militares brasileiros já vislumbravam o fim do regime, diante de uma oposição que se articulava de forma crescente. Naquele contexto, a Lei da Anistia se mostrava conveniente também para eles. Se de um lado abria as portas para o retorno dos exilados e trazia uma nova perspectiva de participação política, de outro prometia estender um manto protetor sobre aqueles que atuaram nos aparelhos da repressão. Mas o fato é que, sem a pressão social e sobretudo sem a coragem dos que se envolveram e se expuseram nessa luta, o processo de redemocratização do País poderia tardar mais ainda.

Trinta anos depois, a questão da Anistia está longe de ser página virada. Diferentemente de Chile e Argentina, que passaram por situações similares, a condenação daqueles que se envolveram com a tortura não ocorreu com a mesma determinação – sem falar no esclarecimento dos casos, ainda pendentes, dos desaparecidos políticos. O argumento daqueles que lutam ainda hoje por colocar a questão em pratos limpos é claro: por atentarem contra a humanidade, crimes de tortura não podem ser “apagados” por uma lei. “Para muitos, esse assunto pode soar como história antiga”, diz Zilah. “Não é. Quando a gente se depara com episódios mais recentes de tortura, como nas prisões de Abu Gharaiib, no Iraque, fica clara a importância de haver, na sociedade, a consciência do que essas práticas não são toleráveis, em qualquer circunstância.”

Zilah nota que, quando uma sociedade, mesmo que silenciosamente, admite e aprova a realização da tortura, as portas do inferno se abrem. “Quando profissionais como médicos, psicólogos e enfermeiros aceitam participar, em alguma medida e mesmo indiretamente desse processo, a linha divisória foi atravessada.” A responsabilidade, ao contrário, pode levar a uma nova perspectiva. O CBA, por exemplo, contou em suas fileiras com profissionais dos mais diversos quadros que atuaram no sentido de gerar uma consciência mais ampla sobre a questão da tortura.

“Nós tivemos no CBA um núcleo de profissionais de saúde que desenvolveu um estudo importantíssimo sobre a tortura no Brasil”, diz Zilah. “Nele se buscou identificar os efeitos da tortura sobre as pessoas, tanto os imediatos, como os de longo prazo.” Trabalho difícil e doloroso. “Muitas pessoas tinham dificuldade em falar a respeito desse assunto.” O estudo está no portal da Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br/portal).

“A tortura é uma barbaridade, uma coisa ignominiosa”, diz Zilah. Além disso, ela nota que o sofrimento físico era acompanhado por um dilema extremamente difícil. “O torturado tinha de escolher entre ficar calado e correr risco de perder vida ou falar e expor seus companheiros à morte. Não se passa por uma experiência dessas sem pagar um preço muito elevado, que pode se estender não apenas ao longo da própria vida, como pode, ainda, se refletir nas gerações seguintes.”

A importância de manter viva essa consciência no Brasil atual é destacada por Zilah. “Há uma tentativa de reescrever a história passando por cima desses episódios ocorridos durante a ditadura militar”, diz. “Mostra disso se deu quando o jornal *Folha de S. Paulo* chamou a ditadura de ‘ditabranda’. Precisamos preservar a memória do que ocorreu para, pelo menos, tentar que coisas semelhantes não se repitam.” ●

VERDADE E JUSTIÇA

“Anistia 30 anos - Por verdade e justiça”. Esse é o título da exposição virtual que se encontra no portal da Fundação Perseu Abramo à disposição de todos os interessados. São fotos, cartas, desenhos e depoimentos do acervo do Centro de Memória Sérgio Buarque de Holanda, pedaços da memória dos que se foram e dos que sobreviveram na luta por um país mais justo. A exposição cobre os diferentes momentos políticos e a mobilização da sociedade no enfrentamento das arbitrariedades cometidas na época. Mostra também os episódios-chave da caminhada pela democracia e pela justiça.



compromisso com a sociedade

dia do psicólogo



Sob o tema “Psicologia na promoção de direitos – um compromisso do psicólogo com você”, o Dia do Psicólogo foi marcado por diversas iniciativas voltadas para falar com o profissional e a sociedade em todo o Estado.

Durante a última semana de agosto, milhares de usuários do metrô paulistano viram no sistema de televisão interno dos trens, a TV Minuto, a mensagem comemorativa do Dia do Psicólogo. Essa foi uma das iniciativas do CRP SP para dar visibilidade à vinculação que existe entre o profissional da Psicologia e a sociedade. Com o mesmo propósito, cartazes com o tema da data – “Psicologia na promoção de direitos – um compromisso do psicólogo com você” – foram distribuídos nas subseções para serem afixados em locais estratégicos. No Vale do Paraíba e em Ribeirão Preto a mensagem também foi veiculada em *outdoors*.

“A comunicação com a sociedade foi um instrumento essencial para estimular o diálogo com a população e destacar a variedade de situações em que os psicólogos estão presentes na vida das pessoas”, observa a conselheira Andréia De Conto Garbin, uma das responsáveis pela organização. Segundo ela, as iniciativas ajudaram a disseminar, em espaços públicos de grande circulação, o compromisso da Psicologia em dialogar com sociedade evidenciando a possibilidade do exercício profissional em diferentes áreas e fortalecendo o reconhecimento social do trabalho do psicólogo.

A programação voltada para o público interno, realizada na Sede, valorizou a data propondo aos participantes a reflexão sobre o papel do psicólogo. Um dos destaques foi a exposição de fotos abordando temas como Saúde Mental, Criança e Adolescente e Educação, em torno dos quais o CRP SP desenvolve forte atuação. Outro ponto de realce foi o teatro de bonecos, que conferiu um momento de descontração, dando a oportunidade para que os personagens dialogassem com os visitantes sobre a natureza da Psicologia.

O encontro abriu espaço para o anúncio da I Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia, de 10 a 12 de dezembro de 2009. A mostra vai expor os avanços e a diversidade da psicologia, outorgando aos vencedores o Prêmio Madre Cristina, pedagoga e psicóloga que atuou na Faculdade Sedes Sapientiae e na PUC e se notabilizou pela expressiva contribuição às ciências humanas.

A data foi assinalada também pelo lançamento do VII Congresso Nacional da Psicologia, marcado para o período de 3 a 6 junho de 2010, em Brasília. Um dos principais eventos da comunidade, o encontro, em sua sétima edição, terá como referência “Psicologia e compromisso com a promoção de direitos:

um projeto ético-político para a profissão”. Em mesa em que participaram a Conselheira Federal Elisa Z. Rosa e a Presidente do CRP SP, Marilene Proença, as conselheiras destacaram a importância da participação dos psicólogos em todas as etapas do Congresso, visando o fortalecimento da categoria profissional.

SUBSEDES – O documentário SOS Sicko, em que o cineasta norte-americano Michel Moore trata do sistema de saúde dos EUA, foi uma das apresentações preparadas pela subseção do Grande ABC do Conselho Regional de Psicologia para comemorar o Dia do Psicólogo, em 27 de agosto. “A proposta de abrir um encontro com uma obra que levanta questões polêmicas, de forma provocadora levou a uma série de reflexões e debates, alcançando o nosso objetivo”, conta a coordenadora Sueli Schiavo. Assim como no Grande ABC, o Dia do Psicólogo também foi celebrado em dezenas de cidades do Estado, tendo como diretriz o tema “Psicologia na promoção de direitos – um compromisso do psicólogo com você”.

Parte desse compromisso se desdobrou em filmes, palestras, mesas-redondas ou apresentações musicais, como o recital de

piano promovido pela subseção de Assis, no dia 26, na Unesp. Ou na roda de conversa sobre “Os novos caminhos para a Psicologia”, em Presidente Prudente. Em Marília, a semana de atividades incorporou a presença do Conselho no I Encontro Regional da Abep, tendo como eixo de discussão os “Paradigmas da formação e as perspectivas para formação profissional”.

Com programação estendida ao longo do mês de agosto, a Subseção de Ribeirão Preto se empenhou em levar os eventos para outras cidades, entre elas Bebedouro e Monte Alto. O objetivo era também a aproximação com as categorias profissionais próximas da Psicologia. “A palestra sobre dislexia atraiu professores, pedagogos, fonoaudiólogos e funcionários de serviços públicos, e tivemos participantes que, até então, nunca tinham vindo ao CRP”, nota Sigrid Ancheschi, subcoordenadora da Subseção. “Esses resultados foram alcançados graças ao trabalho dedicado a estabelecer parcerias com órgãos públicos e faculdades”, acrescenta.

Orientadas pelo tema maior do compromisso com a sociedade, as Subseções criaram espaços para tratar de questões essenciais a grupos afetados pela violência e intransigência. “O ECA e a mídia na perspectiva dos direitos humanos” foi uma das palestras que mobilizou atenções na Subseção de Bauru, conta Regiane Piva, integrante da direção regional. O roteiro abrangeu debates sobre os “10 anos da resolução CFP 01/99”, que trata da homofobia, e “Propostas alternativas de atendimento à saúde mental” alcançando cidades próximas da Subseção, como Penápolis e Lins.

O diálogo com a sociedade abriu portas, ao mesmo tempo, para a valorização da identidade cultural, como aconteceu na Subseção do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Aqui, o evento “Venha participar dessa prosa” teve como comentaristas a psicóloga clínica Mitsi Ribeiro do Nascimento e o *luthier*, cantor e tocador de viola, Paulo Roberto Braga. Eles falaram sobre “Identidade e cultura valeparabana: um `causo` de amor em prosa e música”.

Profissionais de cidades localizadas ao redor de Campinas, entre elas Hortolândia, Sumaré, Jundiaí e Cabreúva, formaram parte do público presente à palestra realizada pela Subseção no dia 27 de agosto. “A saúde mental do psicólogo(a): cuidando do cuidador” tratou da sensível questão de uma “profissão especial” para quem a saúde mental se constitui em instrumento de trabalho.

A Subseção Baixada Santista e Vale do Ribeira aproveitou a proximidade do mar para realizar um de seus eventos na praia. Reuniu psicólogos e profissionais de áreas afins – da universidade, funcionários do sistema prisional, entre outros – para a confraternização e debate dos temas referentes ao encontro. Nas dependências da Subseção, o filme “Quase dois irmãos”, de Lúcia Murat, e as discussões iniciais sobre o VII Congresso Nacional da Psicologia também integraram a programação. ●

cfp muda resolução sobre porte de arma

Para tornar mais clara e específica a Resolução (CFP 018/2008) que trata da avaliação para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo por psicólogo credenciado pela Polícia Federal, o Conselho Federal de Psicologia alterou dois de seus artigos. As modificações tratam de restrições à atividade em empresas de segurança e instituições privadas e públicas, e da entrevista devolutiva da avaliação. Veja a nova redação dos artigos:

Art. 5º – Aos psicólogos responsáveis pela avaliação psicológica fica vedado estabelecer qualquer vínculo com os Centros de Formação de Vigilantes, Empresas de Segurança Privada, Escolas de Formação ou outras empresas e instituições públicas, que possa gerar conflito de interesse em relação aos serviços prestados.

Art. 6º – É de responsabilidade do psicólogo encaminhar o resultado da avaliação ao solicitante, mediante protocolo de recebimento, bem como garantir a entrevista devolutiva ao candidato.

No artigo 5º foi acrescentada a palavra “públicas” por existir a possibilidade de acontecerem casos de conflito de interesse também nestas instituições (exemplo: na Polícia, um colega avaliar o outro). No artigo 6º, a palavra “entrevista” foi acrescentada, para esclarecer a forma específica pela qual a devolutiva será realizada, já que a entrevista é prerrogativa de qualquer avaliação.

Com essa mudança, segundo a Conselheira Maria Cristina Pellini, a avaliação psicológica para fins de obtenção de porte de arma de fogo não poderá ser realizada por psicólogos em instituições públicas ou privadas cujos agentes tenham interesse (comercial, econômico, administrativo ou pessoal) no resultado da avaliação. Além disso, analisa-se como sendo inadequado e prejudicial ao trabalho a manutenção de vínculo entre o psicólogo credenciado da Polícia Federal e os candidatos que irão se submeter à avaliação psicológica para porte de arma.

Dessa forma, os psicólogos credenciados pela Polícia Federal podem ter vínculo empregatício com instituições da vigilância/segurança privada, ou de natureza semelhante, exercendo funções variadas, desde que não realizem avaliação psicológica para obtenção de porte de armas nos funcionários desta instituição.

É importante que o psicólogo considere se a qualidade do trabalho de avaliação psicológica não está sendo comprometida e também se a atividade pode estar ferindo o Código de Ética quanto ao vínculo (independentemente de ser empregatício) e a fidelidade aos resultados.

Em relação ao artigo 6º, deve ser ressaltado que, de acordo com a legislação, o usuário do serviço psicológico tem direito a uma devolutiva. Desse modo, o atendido deverá ser informado e orientado na forma de entrevista quanto aos resultados obtidos, conforme as disposições do Código de Ética Profissional.



No VII Encontro Nacional, a Abep festeja em grande estilo os seus dez anos contribuindo para a formação em Psicologia.

VII encontro marca os 10 anos da ABEP

Comemorações marcaram o evento que gerou amplo debate sobre o aprimoramento do ensino da Psicologia no Brasil. Entre as propostas, a necessidade de colocar os estudantes frente a situações concretas que eles, como psicólogos, serão cada vez mais chamados a resolver.

Com a participação de aproximadamente 400 pessoas, entre psicólogos, professores e alunos, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) realizou em agosto, em São Paulo, o seu VII Encontro Nacional. O evento marcou os dez anos de vida da entidade, que foi comemorado com o lançamento de um selo e um carimbo dos Correios. Na ocasião foram entregues o Prêmio Especial Abep 10 Anos e o 3º Prêmio Sílvia Lane. Também foi eleita a nova diretoria da entidade, que passou a ter como presidente a psicóloga Mônica Helena Tieppo Alves

Gianfaldoni, vice-diretora da Faculdade de Psicologia da PUC SP.

O VII Encontro foi composto por colóquios, mesas-redondas, sessões de comunicação, conversas e *posters*, possibilitando debates amplos sobre os mais variados temas que se encontram na agenda da formação em Psicologia. As análises realizadas devem servir de subsídio para a formulação de propostas no campo do ensino, das políticas públicas, das questões de organização e, ainda, da interlocução envolvendo as diversas entidades da Psicologia brasileira. Para a então presidente da Abep, Roberta Gurgel Azzi, os colóquios foram especialmente importantes nesse conjunto de atividades. “Eles serviram não apenas para uma prestação de contas por parte da diretoria da entidade, mas também deram oportunidade para que a comunidade interferisse na condução dos temas”, avaliou (veja entrevista na página 20).

“Saímos com um resultado muito importante deste VII Encontro”, afirmou o presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Verona. Ele destacou, entre outros temas, a questão do serviço-escola. “A profissão mudou o seu viés de intervenção nos últimos anos, isto é, saiu do foco no indivíduo para um enfoque mais institucional, mais social. O serviço-escola, em sua maioria, ainda oferece, principalmente, o atendimento individual. Temos de

PRÊMIOS

Os vencedores do Prêmio Abep Dez Anos e do Prêmio Sílvia Lane 3ª Edição foram conhecidos durante a realização do VII Encontro. Os arquivos com os trabalhos estão disponíveis no site da Abep (www.abepsi.org.br) para *download*.

No Prêmio Abep Dez Anos, os vencedores foram: 1) Categoria Estudante: “A Formação do Psicólogo: A Capacitação Profissional em Foco”, de Alessandra Baccaro, Adriana Segre e Miriam Simões Candido, da Universidade Paulista; 2) Categoria Profissional: “Os Desafios da Construção e Implantação de um Novo Projeto Pedagógico”, de Maria Elisa Fontana Carpena, Raquel Furtado Conte e Síloee Pereira, da Universidade de Caxias do Sul-RS.

No Prêmio Sílvia Lane 3ª Edição, os ganhadores foram: 1) Categoria Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): “Do Violino à Rabeca: Implicações para uma Clínica Psicológica no SUS”, de Duciano Bairros da Silva e Liane Pessin, da Universidade Vale dos Sinos-RS; 2) Categoria Relatório de Estágio (RE): “Psicologia Social na Atenção Básica: Relatório das Atividades desenvolvidas no Estágio”, de Julia Amorim Santos e Marcela Contessotto da Silva, da Universidade Federal de São Carlos.



mesa-redonda o elogio da subversão

A mesa-redonda “Desafios Para Uma Formação Crítica em Psicologia” foi sem dúvida uma das mais provocativas do VII Encontro Nacional da Abep. Maria da Graça Marchina Gonçalves, Ana Mercês Bahia Bock, Marcos Ribeiro Ferreira e Marcus Vinícius de Oliveira Silva colocaram em evidência alguns pontos sensíveis envolvendo a formação dos psicólogos.

Ana Bock começou afirmando que a formação não deve ser tomada como uma atividade ingênua. Destacou que a tradição em pensar a educação como uma atividade neutra, bem-intencionada, que não precisa evidenciar o seu projeto de sociedade, o seu projeto político, não se sustenta. “Uma formação que se pretenda crítica precisa ter clareza da natureza política do ato pedagógico e da prática educacional”, disse. “Isso nos leva à questões como que sociedade queremos e que psicólogos precisamos formar para atender essa sociedade”.

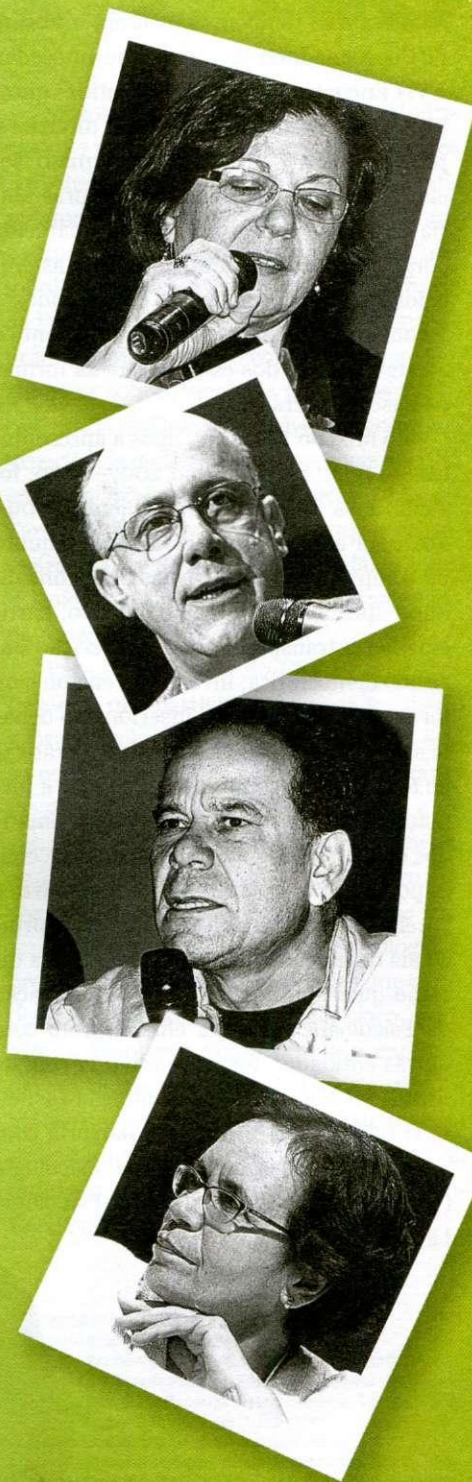
Segundo ela, as formações centradas em aspectos técnicos/tecnicistas ainda não foram ultrapassadas. “É uma formação que não pede à realidade que ela faça perguntas ao nosso conhecimento.” Mesmo admitindo a existência de experiências inovadoras – como a de instituições no Piauí e no Amazonas, apresentadas no próprio evento da Abep –, elas ainda não se constituem a tendência dominante nos projetos de formação em Psicologia. O fato, segundo Ana Bock, é que a realidade brasileira continua muito pouco presente na formação acadêmica em geral, não sendo específica da Psicologia.

Maria da Graça Gonçalves falou da necessidade de relacionar Psicologia com Direitos Humanos e com Políticas Públicas como referência para a formação. “Na perspectiva de uma sociedade justa, a Psicologia precisa se colocar na linha da defesa de direitos com uma leitura que lhe é própria, isto é, considerando que violações implicam em sofrimento, em subjetividade aviltada.” Maria da Graça reconheceu que não se trata de tarefa fácil, que se resolva simplesmente incluindo aqueles temas como

conteúdos para os alunos. “O que é preciso é construir projetos, é pensar em práticas inovadoras a partir de uma reflexão sobre a realidade.”

Para cumprir esses objetivos, Marcos Ribeiro Ferreira defendeu a necessidade de uma Psicologia subversiva. “Precisamos de uma Psicologia que esteja disponível para, permanentemente, erodir a fé no *status quo*. E precisamos praticar essa subversão já na formação.” Numa crítica aos corpos teóricos em torno dos quais os psicólogos muitas vezes se agrupam, ele questionou que possa haver uma teoria mais apropriada à crítica. “Penso que todas as “Psicologias” permitem a subversão. A Psicologia Social estadunidense, que eu gosto tanto de criticar, teve um papel importante na organização da população do sul do México, onde teve origem o movimento zapatista”, diz. “O que nós precisamos é avançar na direção do perguntar: qual é o problema social que você está ajudando a resolver?” A prática, disse em referência a Marx, é o critério da verdade.

Marcus Vinícius de Oliveira Silva acentuou ainda mais a crítica à dependência dos corpos teóricos. “É uma injustiça para com o real que nós possamos eleger três ou quatro corpos teóricos, autor-dependentes – e de autores já mortos –, e dizer que tudo o que está para ser pensado está nessas teorias e sistemas psicológicos”, afirmou. Sem desconhecer a contribuição que esses corpos teóricos possam trazer, Vinícius sustentou a necessidade de que eles sejam acessados não *a priori*, mas a partir de uma prática real. Nesse sentido, citou a Medicina como um campo no qual está havendo uma profunda mudança de paradigma na formação. A ênfase, disse, é cada vez maior na pedagogia da problematização, na qual os alunos são colocados em campo já a partir do primeiro semestre. “Hoje na formação nós não estamos preparando pessoas para produzir teorias, mas antes para reproduzir teorias”. Ao que esse conjunto de falas indica, a subversão na formação do psicólogo tem por onde começar.



De cima para baixo, Maria da Graça Gonçalves, Marcos Ribeiro Ferreira, Marcus Vinícius de Oliveira Silva e Ana Bock: a formação questionada.

superar isso. O serviço escola precisa colocar o estudante lá na comunidade, no posto de saúde, no fórum. Sem essa mudança, o profissional ficará em descompasso em relação ao que já está nas diretrizes curriculares e ao que é demandado da profissão hoje, no Brasil.”

Para isso também contribuiu o Fórum de Coordenadores de Curso, que antecedeu o VII Encontro. Nele foram debatidas questões sobre formação generalista, diretrizes, projetos pedagógicos e compromisso social. A partir das falas das professoras Maria da Graça Gonçalves e Soely Aparecida Jorge Polydoro, entraram em pauta as dificuldades enfrentadas pelos coordenadores – com destaque para o acompanhamento e a carga horária dos estágios – e as formas de buscar superá-las.

Ao final do Encontro, após a apresentação do relatório da gestão 2007–2009, foi eleita nova diretoria para o biênio 2009–2011, que assumiu com um amplo conjunto de compromissos. Entre eles o de consolidar e aprimorar o trabalho coletivo, participativo e transparente da Associação em gestão democrática; investir no ensino e na formação em Psicologia inseridos no debate social das condições de ensino e práticas de formação; aprimorar e consolidar a formação de psicólogos críticos e comprometidos com a realidade social brasileira e com as políticas públicas e implicar o marco dos Direitos Humanos como um dos eixos principais do ensino e da formação. A nova direção quer ainda participar da articulação da Psicologia brasileira em conjunto com outras entidades, fortalecendo o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) e fortalecer, em parceria com a União Latino-Americana de Psicologia (Ulapsi), a construção de uma Psicologia Latino-Americana. ●

em busca da consolidação

A psicóloga Roberta Gurgel Azzi, presidente da Abep na gestão 2007 - 2009, fala sobre a entidade e das expectativas de sua evolução.

PSI – Que balanço você faz da sua gestão frente à Abep?

Roberta Azzi – A Abep completou dez anos. Ao longo desse período, desenvolvemos uma luta constante pela qualificação da formação em Psicologia. Os desafios que temos pela frente ainda são imensos, mas acredito que temos obtido avanços importantes. Eu destaco, por exemplo, o fato de estarmos trabalhando mais coletivamente com os diferentes atores envolvidos na questão da formação, como coordenadores de cursos e instâncias governamentais. Isso ampliou a nossa visibilidade como instituição. Ao mesmo tempo a Abep conta hoje com uma presença sólida nos Estados e vem aumentando a sua capilaridade. Afora isso, tem procurado dialogar com outras entidades, como é o caso do Conselho Federal de Psicologia, uma vez que profissão e formação precisam caminhar juntas. Penso que essas e outras iniciativas contribuíram para consolidar a Abep como instituição.

PSI – Como foi a relação Abep e CRP SP?

Roberta Azzi – Foi uma relação muito boa, até porque temos uma identidade muito grande com a instituição. Trabalhamos juntos em uma série de questões, entre elas a do serviço-escola, que resultou em um texto com a participação das duas entidades. O CRP SP também nos ajudou a fortalecer os núcleos no Estado de São Paulo, particularmente na Capital, onde foram criados três núcleos.

PSI – O que se pode esperar no futuro imediato?

Roberta Azzi – Acho que um dos grandes desafios, depois de termos conseguido esse avanço em visibilidade, é ampliar a adesão das pessoas. Criamos um portal que vai ser muito importante como espaço de conversa. Um espaço para o associado, um espaço para o gestor. Essa conversa não fica solta; ela é registrada e pode ajudar o conjunto das pessoas a encontrar soluções para as situações que enfrenta no seu cotidiano.

Mônica Helena Tieppo
Alves Gianfaldoni,
Roberta Azzi e Sylvia
Helena Souza da Silva:
continuidade de propósitos
na direção da Abep.



uma psicologia com a face do continente

O vírus H1N1 bem que atrapalhou, mas o III Congresso da União Latino-Americana de Entidades da Psicologia (ULAPSI) pode se considerar bem sucedido em seus objetivos de debater a realidade latino-americana, sob o ponto de vista da Psicologia, e consolidar sua atuação como entidade.

Cerca de 500 profissionais participaram do III Congresso da Ulapsi, realizado entre 9 e 11 de setembro, na Cidade do México. O número foi inferior aos 800 participantes do II Congresso realizado em Havana em 2007. Ainda assim, ficou acima do esperado pelos organizadores, em virtude da chamada “gripe suína”, que atingiu fortemente aquele país.

Mesmo com uma participação mais reduzida, o evento contou com representantes de cerca de 40 entidades (17 delas brasileiras), de um total de 65 filiadas. “Foi um passo importante na consolidação da entidade e uma oportunidade de abordar temas e experiências importantes para a Psicologia no continente”, avaliou a professora da Faculdade de Psicologia da PUC-SP e conselheira do Conselho Federal de Psicologia (CFP) Maria da Graça Gonçalves.

Durante o III Congresso foi também realizada a Assembleia da Ulapsi, com significativa presença brasileira, na qual assumiu a nova direção. A psicóloga brasileira Ana Mercês Bahia Bock foi eleita secretária executiva. Na Assembleia foi também criado o cargo de tesoureiro, que será ocupado pela psicóloga Carolina Moll, do Uruguai.

No total ocorreram 50 painéis, 21 oficinas e 87 mesas de debates em torno dos três eixos temáticos propostos: a Psicologia latino-americana ante o contexto social e político atual; a problemática epistemológica, metodológica, ética e histórica na construção da Psicologia latino-americana e a formação prática profissional e o compromisso social. Na mesa sobre Psicologia e Políticas Públicas, Maria da Graça Gonçalves apresentou a experiência do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop). Também participante do evento, a conselheira do CRP SP Sandra Sposito falou sobre Psicologia e Enfrentamento da Homofonia na América Latina.

Para a presidente do CRP SP Marilene Proença, que participou da mesa magistral sobre Psicologia e Educação, a Ulapsi está se constituindo como uma entidade capaz de construir eixos políticos de luta e de compromisso da Psicologia com a sociedade latino-americana. “Ela é um espaço que congrega o conhecimento, aquilo que vem sendo produzido no campo da Psicologia. É preciso também que as entidades que constituem a Ulapsi tenham mais claro quais são as propostas políticas que a entidade deverá defender para a América Latina. A ideia é que isso possa avançar a partir dessa próxima gestão”. O próximo congresso da entidade ficou marcado para 2012 em Montevideo, Uruguai. ●

OBJETIVOS E VISÕES

A Ulapsi surgiu em 2002 com a preocupação de articular a produção da Psicologia latino-americana. Para Maria da Graça Gonçalves, ainda que essa produção se faça respeitando as situações específicas de cada país, a entidade contribui para uma Psicologia mais presente, preocupada com as necessidades das populações que habitam o continente, ao mesmo tempo que projeta a Psicologia latino-americana no mundo.

“Penso que a maior contribuição da Ulapsi tem sido a de mostrar que é possível pensar uma Psicologia latino-americana”, diz Maria da Graça. Ela destaca ainda a importância do caráter de mobilização e organização que a entidade possui. “Por ser uma entidade que congrega entidades associativas de psicólogos e pesquisadores em Psicologia, a Ulapsi promove essa organização, tão importante para que a área se fortaleça e marque presença relevante nas sociedades da América Latina.”

ENTIDADES BRASILEIRAS NA ULAPSI

Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep)
Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD)
Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee)
Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT)
Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP)
Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso)
Associação Brasileira de Roscharch Métodos Projetivos (Asbro)
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp)
Conselho Federal de Psicologia (CFP)
Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP SC)
Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP)
Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi)
Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP)
Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (Ibap)
Instituto Sílvia Lane (ISL)
Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (Sobrapa)
Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH)

bioética

de frente para os conflitos

O crescimento de equipes multidisciplinares atuando na área da Saúde vem dando uma nova dimensão à Bioética. Se, em princípio, ela esteve mais fortemente associada à área médica, hoje, em ambientes no quais estão presentes psicólogos, assistentes sociais e profissionais de outras áreas, a Bioética se mostra uma referência na tomada de decisões envolvendo a vida das pessoas atendidas.

a Bioética pode ser vista como uma ética aplicada, que trata das questões específicas das ciências da vida e da saúde, de vida e morte e da própria natureza da vida. Nesse sentido, ela emerge claramente para os psicólogos no contexto de ambientes hospitalares, envolvendo situações de vida e morte em UTIs, e para pacientes terminais, mas também abrange muitas outras áreas e leva a reflexões dos profissionais de Psicologia sobre assuntos como confidencialidade e autonomia, de um ponto de vista multidisciplinar.

“A Bioética é fundamentalmente multi e interdisciplinar”, sustenta Paulo Antonio Fortes, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Bioética, doutor e livre-docente em Saúde Pública pela USP e professor da disciplina de Bioética e Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP. “É um termo que pode ser entendido de várias formas, desde uma disciplina acadêmica, das dimensões morais no campo da vida e da saúde,

mas também como um movimento social de proteção dos valores da dignidade humana contra possíveis agressões em vários campos, inclusive para questões novas, trazidas pela biotecnologia, para as quais não se encontravam respostas adequadas na ética profissional”, explica Fortes.

Normalmente a Bioética é citada junto a assuntos emergentes, como clonagem, pesquisa com células-tronco e engenharia genética. Entretanto, ela também está presente em situações do cotidiano da Saúde, por exemplo, relacionadas a uma epidemia viral como a que testemunhamos recentemente, do vírus da gripe A, onde os valores éticos permitem decidir entre os interesses individuais e da coletividade. “A decisão de fechar uma escola em nome da saúde da coletividade envolve uma questão ética, assim como a proibição de fumar em lugares públicos fechados e muitas outras”, argumenta Fortes. Ele vê positivamente uma participação cada vez maior de psicólogos em Bioética no Brasil, com uma presença crescente nos congressos sobre o assunto.

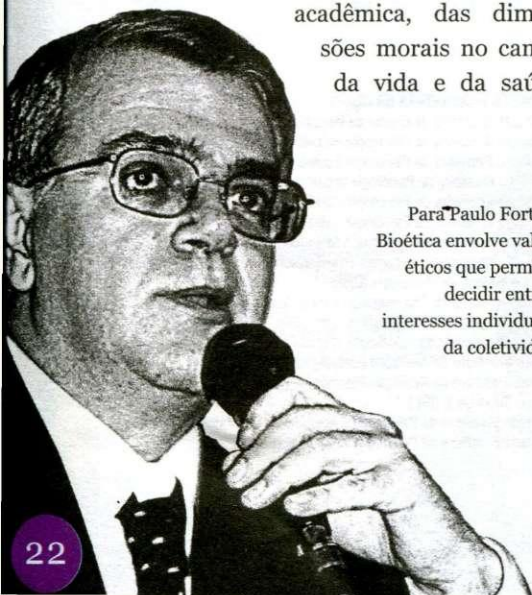
HIV AIDS - Dario Teófilo Schezzi, do Ambulatório de Infectologia de Jaboicabal (SP) e coordenador do programa de DST AIDS daquela cidade, conviveu frequentemente com dilemas envolvendo Bioética quando trabalhou no centro de testagem e aconselhamento, para testes de HIV. “Vivi muitas situações nas quais, diante de um resultado positivo para HIV, a pessoa não queria contar para o parceiro ou parceira porque isso significaria uma confissão de

Para Paulo Fortes, a Bioética envolve valores éticos que permitem decidir entre os interesses individuais e da coletividade.

CONSELHO ESTIMULA DEBATES

“A Bioética coloca ao profissional uma reflexão crítica frente às situações de incerteza, implica em uma escuta que valoriza e recupera a percepção e o sofrimento do atendido, o que faz com que a Psicologia possa contribuir para a discussão em torno desse tema”, diz a psicóloga Andréia Garbin, conselheira do CRP SP. “É importante que o psicólogo trabalhe nessas questões valorizando a autonomia da pessoa que está sendo atendida, sua capacidade de decisão e discernimento, e se pautar por princípios dos direitos humanos, da dignidade humana, de solidariedade, de razoabilidade e maior benefício para a pessoa”, afirma.

O CRP SP tem dado destaque aos debates envolvendo a Bioética, entendendo que ela auxilia o profissional a lidar com os questionamentos que envolvem a doença e o sofrimento, a vida e a morte. O programa TV Diversidade, produção do CRP SP, transmitido pelo Canal Universitário (canal 11 na Net e canal 71 na TVA), aborda em outubro a Bioética (consulte a programação no site www.crsp.org.br), e o Videoclube do CRP apresenta, neste segundo semestre de 2009, o ciclo de filmes e debates com a temática “Bioética: situações além do limite da vida”.



traição, tanto em casais hetero como homossexuais”, relata Schezzi.

Para ele, não basta olhar o código de ética como algo externo à situação, mas é preciso buscar a ética intrínseca à situação e à relação entre o profissional e a pessoa que está sendo atendida. Essa clareza seria necessária, segundo ele, para poder lidar com situações que não estão contempladas no código de ética.

Schezzi trabalha com uma abordagem de Psicologia humanista, com empatia, que permite uma abertura para a experiência do outro, e a congruência, que valoriza a autenticidade. “Nessa técnica, a gente busca avaliar qual é o sentido, para a pessoa, de ser portadora do HIV, o que ela sabe, o que sente, para depois começar o trabalho de passar informações”, explica.

O conflito surge quando a pessoa diz que não vai contar para o parceiro, porque envolve a saúde de outra pessoa e o sigilo profissional. “O que nós percebemos é que

não se trata de ferir o sigilo profissional ou não, ou de guiar-se estritamente pelo código de ética; a resposta é vivenciar a situação dessa pessoa, colocar-se no lugar dela e perceber que a atitude dela é compreensível”, diz Schezzi. “Se vamos para o enfrentamento, saímos da postura terapêutica, de acolhimento, que é o nosso papel, e nos colocamos como detentores do saber e da ética, o que não ajuda na situação.”

A solução, além de compreender, é estar junto com o atendido e procurar saídas. “Muitas vezes a pessoa acabou sugerindo que ela própria não contasse, mas que iria trazer o parceiro para contarmos juntos”, diz Schezzi. Segundo ele, com essa abordagem, sempre se conseguiu sensibilizar a pessoa para a importância de passar a informação, e o parceiro era informado. Um elemento importante era passar para o orientado o seu grau de responsabilidade e autonomia na situação e na resolução. ●

UM CASO REAL

Em seu trabalho no Hospital do Coração, em São Paulo, a psicóloga Sílvia Cury Ismael, lida com situações onde a Bioética está presente, como pacientes que recusam tratamento. Ela é coordenadora do Serviço de Psicologia do HCor e coordenadora do Programa de Controle do Fumo do HCor. “Houve um caso em que as questões da Bioética ficaram bastante evidentes”, relata Sílvia. “Era um paciente que havia sido operado e retornara após alguns anos com um quadro físico deteriorado, insuficiência cardíaca e um problema renal grave”. O diagnóstico médico indicava diálise, mas o paciente, apesar de estar informado sobre seu quadro, não queria fazer o tratamento. Suas filhas, entretanto, queriam que ele fizesse a diálise e perguntaram a opinião de Sílvia. “Expliquei que eu havia conversado com ele; que estava perfeitamente consciente, não queria fazer diálise e desejava ir para casa”, conta a psicóloga. A diálise acabou sendo feita porque os médicos consideraram que, além de ser o tratamento indicado, problemas renais podem deixar a pessoa em confusão mental. O paciente morreu pouco tempo depois. “Para mim ficou a impressão de uma situação muito agressiva”, diz Sílvia, “porque o paciente havia deixado muito clara sua decisão”.

Para Sílvia, os psicólogos não devem simplesmente aceitar decisões técnicas, sem considerar o paciente em primeiro lugar e as consequências do ponto de vista da Bioética. “O psicólogo não convence ninguém a fazer nada, a gente conversa, compreende o problema, avalia a situação e conscientiza o paciente da melhor forma possível das consequências, mas a decisão é dele, com todos as responsabilidades que ela implica.”

Sílvia Ismael: psicólogos não devem aceitar decisões técnicas, sem considerar o paciente em primeiro lugar.



→ processos éticos

bioética e tomada de decisão

Na situação em questão, o paciente possui obesidade mórbida e procurou o psicólogo com a finalidade de avaliação para cirurgia bariátrica (também conhecida como gastroplastia ou cirurgia de redução de estômago). Informou sobre histórico de dependência química. Referiu que o psicólogo enfatizou a questão e disse ao cirurgião que não autorizava o procedimento.

O psicólogo explicou que a dependência química é uma das questões primordiais no caso de cirurgia bariátrica. Considerou as recomendações técnicas e a forma como o paciente via o uso das drogas. Concluiu que havia risco de que o mesmo compensasse a falta de comida pelo uso de drogas. No entanto, não cabia a ela a decisão pela realização da cirurgia, mas ao cirurgião, que delibera em função da avaliação da equipe multiprofissional e grau de risco envolvido.

Desta forma, considerou-se que o psicólogo expôs objetivamente os motivos e procedimentos adotados. Realizou seu trabalho como parte de equipe multiprofissional e o relatório conforme indicado, sem contraindicar a realização da cirurgia. Fundamentou sua ação como procedimento necessário ao tipo de cirurgia que o paciente seria submetido e os possíveis riscos da mesma, atuando com cautela no sentido de promover o bem-estar e preservação da vida do paciente.

Já abordamos a questão da atuação do psicólogo no atendimento a pacientes submetidos à cirurgia bariátrica em publicações anteriores, como o *Jornal Psi141* e *157* (www.crsp.org.br - item Mídia - *Jornal CRPSP*). Buscaremos, porém, focalizar o caso a partir da perspectiva da Bioética.

A Bioética é a ética aplicada no campo das ciências da vida e dos cuidados da saúde. A Portaria do SUS 628/01 e a Resolução do Conselho Federal de Medicina 1766/05 pontuam o cuidado do paciente por equipe multiprofissional, incluindo o psicólogo.

Diante do avanço da tecnologia e da ciência, surgem novos dilemas éticos no dia-a-dia profissional. Neste cenário, é importante fazer uma reflexão e tentar equacionar a situação de maneira fundamentada, sempre em diálogo com a equipe multiprofissional que acompanha o caso.

O indivíduo e os profissionais envolvidos devem estar incluídos neste processo de diálogo, considerando alguns princípios como, entre outros, dignidade humana, benefício e dano e vulnerabilidade.

As decisões sobre Bioética podem ter impacto sobre os indivíduos e a sociedade e o desconhecimento dos riscos pode levar a danos irreparáveis e diminuição da qualidade de vida do paciente.

Leia mais sobre Bioética na Psicologia no *JornalPsi155* - mesmo site acima indicado.

a busca do novo nas políticas de existên

Ir às margens.
Explorar outras
possibilidades de
conhecimento.
Desenvolver
fazeres criativos
e diferenciados,
diversos
dos que os
psicólogos estão
acostumados
a investigar.
Essas são ações
associadas
à expressão
“políticas de
existência”, tema
em dois grandes
eventos.



No âmbito das políticas de existência se encontra a afirmação de espaços que produzem formas saudáveis de vida, potencializando os processos coletivos, a invenção de si e a criação do mundo. A dimensão coletiva e cultural promove a ativação do fazer em territórios que refletem a riqueza e a complexidade das relações humanas que neles interagem socialmente. O protagonismo social, os desejos e os afetos potencializam a alegria de promover a construção da existência. Os dispositivos que introduzem uma pedagogia que permita a formação de profissionais para que sejam promotores de autonomia, liberdade e responsabilidade, que promovam a construção de redes solidárias para a proteção social, com suporte do Estado para responder às necessidades dos cidadãos, suscitarão formas de pensar e fazer nossas políticas de existência, pessoais e sociais.

Segundo o professor Jefferson Bernardes, professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), doutor em Psicologia Social pela PUC SP e presidente da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), falar em políticas de existência é abordar temas bastante diversos como a tolerância ao diferente, a violência urbana e no campo e a diversidade de gêneros. Trata-se, também, de resistir à hegemonia da medicalização de comportamentos, que faz com que qualquer variação seja considerada algo a ser tratado e curado. “Hoje timidez, tristeza, amar demais, hiperatividade, tudo é considerado doença, e se torna objeto de medicalização”, diz

Bernardes, “queremos combater essa redução do ser humano a um órgão que está doente”. Precisamos encontrar formas de viver que promovam a vida e a felicidade.

Para Bernardes, as mudanças almeçadas pela Psicologia Social significam propostas de ordem prática, que podem e devem ser implementadas em diversos espaços da sociedade brasileira. Ele cita como exemplo, englobando saúde e educação, o projeto Pro-Saúde (Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde), dos Ministérios da Saúde e Educação, para que as graduações em saúde formem profissionais mais preparados para atender às necessidades e realidades do SUS.

“Historicamente a formação do psicólogo no Brasil é sempre marcada por um perfil profissional autônomo, de consultório, que ao chegar a uma Unidade Básica de Saúde do SUS enfrenta problemas, porque seus modelos de trabalho não foram feitos para a realidade daquele contexto”, diz Bernardes. O Pro-Saúde é um projeto interministerial, junto às universidades e prefeituras locais de modificação na proposta pedagógica dos cursos, de formar um profissional mais conectado à atenção básica de saúde. “Fizemos através da UFAL um trabalho com alguns psicólogos da Prefeitura de Maceió, e vemos uma disponibilidade e vontade de mudar muito grande”, diz Bernardes. Para ele, a mudança de enfoque nas políticas de existência não será fácil nem rápida, mas pode acontecer.

Sob o tema “Psicologia Social e Políticas de Existência: Fronteiras e Conflitos”, o assunto foi tratado na XV Reunião da Abrapso, em Maceió. Segundo Bernardes, o evento teve entre seus objetivos permitir uma reflexão da ciência sobre si própria e sobre os usos e consequências na sociedade do conhecimento que produz. “A ciência deve ser vista como uma prática como qualquer outra,

cia

e não como algo externo à sociedade. Precisa ser considerada em seu contexto político, enquanto pólis, enquanto produção dos espaços, ritmos e territórios que habitamos e da própria vida”, diz. Essa postura, afirma, leva a uma reflexão sobre a própria atuação dos psicólogos sociais e pesquisadores. “Penso que nossa preocupação não deve ser tanto a veracidade ou precisão dos fatos que estudamos, mas suas consequências, éticas e políticas”.

A produção de modos de existência em diferentes territórios de vida, trabalho e moradia também foi discutida no 9º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva – em Recife (PE) de 31 de outubro a 04 de novembro de 2009. A constituição de novas fronteiras entre os saberes, as práticas e as relações no campo da saúde promove a discussão à luz de quatro eixos: Ciência, Tecnologia e Inovação para o cumprimento dos princípios e diretrizes do SUS; Saúde e Seguridade Social; Desenvolvimento Social e Econômico Sustentável e Garantia dos Direitos Humanos.

Para Álvaro Escrivão Júnior, médico e professor do Departamento de Gestão Pública da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, participante do 9º Congresso, os temas debatidos apontaram para princípios como a integralidade horizontal prevista nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). “Neste momento, penso que o grande desafio é recuperar aquele espírito que norteou a Reforma Sanitária ocorrida há 20 anos e que foi se esgarçando com o tempo”, diz. Entre outras coisas, ele destaca a importância da formação de profissionais e de abordagens multidisciplinares, envolvendo o trabalho de psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas* e outros especialistas, de forma a se levar saúde para a população em uma perspectiva não medicalizante. ●

→ questões éticas

penalidade e ética

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CFP n.º 3308/2008, oriundo do Processo Ético CRP/SP n.º 33/05, faz divulgar a penalidade de CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, a contar da data de 17 de setembro de 2009, à psicóloga

- por:
- ter proposto e desenvolvido atividades não previstas na legislação profissional da profissão, sem embasamento científico, realizando diagnóstico médico, prescrição de medicamentos e de dietas, associando-os à psicologia, fazendo constar em documentos que emitiu seu carimbo com o número de registro de psicóloga;
- não ter encaminhado cliente para profissional qualificado para atendimento de sua demanda, fora do campo e do âmbito de atuação da psicologia;
- ter extrapolado os limites da atuação reservada e reconhecida pela legislação profissional do psicólogo, adentrando em questões pertencentes a outras profissões, no modo de realizar o diagnóstico, emitir conclusão e prescrever o tratamento.

Pelo exposto, caracterizou-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Artigo 1º, alínea “c”, Artigo 12º, alíneas “a” e “b” e Artigo 38º, alínea “e”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CFP n.º 2435/08, recurso oriundo do Processo Ético CRP/SP n.º 08/05, faz divulgar a penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (trinta) DIAS, à psicóloga

- por:
- ter aproveitado a fragilidade psicológica do paciente para exercer influência que culminou no comando da empresa do mesmo por ela, desrespeitando a dignidade do paciente e abandonando a motivação inicial do vínculo profissional
- ter a relação estabelecida extrapolado os limites da psicoterapia, devendo a mesma ter se mantido na posição de psicoterapeuta e não introduzido um outro tipo de relação de prestação de serviços, em benefício próprio e em prejuízo do atendimento

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Princípio Fundamental I, Artigo 1º, alínea “c”, Artigo 2º, alíneas “h” e “n”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CFP n.º 3777/08 oriundo do Processo Ético CRP/SP n.º 48/05, faz divulgar a penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (trinta) DIAS, à psicóloga

- por:
- Ter emitido laudo psicológico com estrutura inadequada, ausência de informação técnica, de identificação, de descrição da demanda e do procedimento, ausência de análise e conclusão, como também, ausência de fundamentação teórica para sustentar os achados a que chegou, em claro descumprimento à Resolução CFP n.º 007/2003.
- Ter extrapolado o limite das declarações feitas sobre atendimento prestado, expondo intimidade da pessoa do atendido.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Princípio Fundamental III, Artigo 1º, alínea “c”, Artigo 2º, alínea “m”, Artigo 3º, alínea “b” e Artigo 26º.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP n.º 05/06, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA ao psicólogo

- por:
- Deixar de registrar os atendimentos em prontuário próprio da instituição.
- Alegar desconhecimento na elaboração de declaração em desconformidade à Resolução do CFP 007/2003 que trata dos documentos escritos decorrentes da avaliação psicológica.
- Encaminhar paciente para atendimento religioso no exercício de suas funções profissionais.
- Receitar Florais de Bach a paciente, em lugar de encaminhar a um profissional médico, que detém a devida qualificação para tal procedimento.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Artigo 1º, alínea “c”, Artigo 2º, alínea “e”, Artigo 12º, alíneas “a” e “b”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CFP n.º 1253/08, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA à psicóloga

- por:
- ter aprovado candidato à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) após aplicação do teste Psicodiagnóstico Miocinético (PMK) sem ter realizado a devida mensuração.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo(*): Artigo 1º, alínea “c” e Artigo 2º, alíneas “l” e “m”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CFP n.º 2908/08, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA à psicóloga

- por:
- ter realizado avaliação psicológica para candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) sem possuir credenciamento no Detran, configurando prática não autorizada
- ter utilizado testes inadequados (desfavoráveis segundo a Resolução CFP 02/2003) e fotocópias do teste Psicodiagnóstico Miocinético (PMK) na avaliação psicológica
- ter comprometido a qualidade dos resultados das avaliações realizadas, acarretando prejuízo às pessoas por ela atendidas
- ter efetuado guarda inadequada de material, não assegurando sigilo e confidencialidade dos resultados

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo(*): Princípio Fundamental II, Artigo 1º, alínea “c” e Artigo 2º, alíneas “l” e “m”.

*Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.

em busca de **caminhos**

Reuniões realizadas no Estado de São Paulo mostram concepções diversas sobre a Psicoterapia e apontam a necessidade de uma reflexão mais profunda na busca de caminhos.

Ao longo de maio e junho, um total de nove reuniões foi realizado pelas Subsedes e Sede do CRP SP para debater as questões do Ano Temático da Psicoterapia. Em uma área que engloba diferentes abordagens, com campos de atuação diversificados e perspectivas diferentes, nem sempre foi possível chegar a consensos. A Psicoterapia como prática exclusiva dos psicólogos; as formas de condução do trabalho em equipe multiprofissional e a atuação do psicólogo que trabalha com Psicoterapia no contexto de Saúde Pública foram assuntos que geraram debate. Eles demonstraram, assim, a necessidade de se construírem contornos mais nítidos envolvendo a prática da Psicoterapia realizada por psicólogos.

Os eventos contaram, sempre que possível, com a presença de integrantes da Associação Brasileira de Psicoterapia (Abrap) e da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (Abep). O encontro estadual, ocorrido em 8 de agosto, permitiu sistematizar essas conclusões, que serviram de subsídio para o encontro nacional, em Brasília, de 1º a 3 de outubro. A proposta do Sistema Conselhos é estabelecer um corpo de referências que ampare tanto o psicólogo que pratica a Psicoterapia com a necessária segurança institucional, quanto o usuário dos serviços. Nesse sentido, os debates se desenvolveram em torno de três eixos: a constituição da Psicoterapia como campo interdisciplinar; os parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na especialização e as relações com os demais grupos profissionais.

O desafio de se construírem compreensões coletivas e de comum acordo ficou particularmente evidente nas discussões em torno do primeiro eixo. “Foi o ponto mais polêmico”, concordam Luiz Tadeu Pessutto, coordenador da subseção de São José do Rio Preto e Maria Izilda Soares, da subseção do Grande ABC. Segundo eles, os conceitos de interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade abrem diferentes interpretações para esses profissionais, o que torna maior o desafio. Outros tópicos ganharam destaque nos debates em outras Subsedes. Em Ribeirão Preto, por exemplo, foram discutidos os requisitos necessários para se garantir uma prática adequada e responsável na área da

Psicoterapia, segundo a integrante da Comissão Gestora da Subseção, Danila Schezzi.

EXCLUSIVIDADE – Para a conselheira Carla Biancha Angelucci, membro do GT de Psicoterapia, a questão da exclusividade da prática da Psicoterapia por psicólogos ainda é um tema bastante presente. Tema difícil, reconhece ela, a começar pelo fato de que não há legislação no Brasil que sustente essa exclusividade. A conselheira entende que a defesa não deve centrar-se na reivindicação de exclusividade, mas na busca de parâmetros que evidenciem, para os psicólogos e para a sociedade, a especificidade da Psicoterapia realizada por psicólogos.

O desafio para os psicólogos que atuam nesse campo, contudo, vai muito além desse aspecto. Biancha assinala a necessidade de caracterizar a Psicoterapia para além de abordagens, campos e técnicas. “Existem abordagens como a fenomenológica, a comportamental, a cognitiva, a psicodinâmica e outras. Uma questão importante é: o que há de elementos comuns, consensuais, em relação aos objetivos, aos procedimentos, à avaliação do processo, que nos permitam caracterizar a Psicoterapia?” A expectativa, segundo ela, é que os debates neste ano temático possam contribuir para as respostas a essa pergunta.

A atuação do psicólogo que trabalha com Psicoterapia em equipes multiprofissionais foi outro ponto bastante debatido nos encontros. Estiveram em foco tópicos como o resguardo da prática psicológica e o sigilo profissional nesses contextos. Também ganhou destaque a questão de como trabalhar a Psicoterapia dentro da Saúde Pública. Os debates deixaram claro a necessidade de se encontrarem práticas que acrescentem e priorizem alternativas ao modelo dual de relacionamento entre psicoterapeuta e usuário nesse campo.

Biancha lembra ainda que, mesmo já tendo ocorrido as reuniões sobre Psicoterapia em todo o Estado de São Paulo, os psicólogos ainda podem contribuir com a discussão, participando das atividades preparatórias e dos pré-congressos, que encaminharão teses para o VII Congresso Nacional de Psicologia, que se realizará em junho de 2010 (*leia mais na página 4*). ●

Fique por dentro de tudo
o que acontece no crp sp.
Acesse: www.crpssp.org.br



Especialização Profissional em Acupuntura
Instituto de Psicologia e Acupuntura Espaço Consciência

Curso registrado na SOBRAPA.

Inscrições abertas
Início: março de 2010

Telefone: 11 2604 3367 ou 3571 9502;
Site: www.psicologiaeacupuntura.com.br
(CRPSP P.J 2557 CNPJ 05.194.742/0001-19)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA CLÍNICA
Duração: 2 anos 540h 1 final de semana por mês

Especialização em Neuropsicologia e Psicoterapia
CREDENCIADO PELO CFP
ESPECIALISTA EM NEUROPSICOLOGIA

ABORDAGEM TEÓRICA
Sócio-Histórica
Vygotsky - Luria
Leontiev

1. Atendimento em Psicoterapia e Neuropsicologia
2. Prova de Rorschach
3. Avaliação Neuropsicológica (Bateria de Investigação Neuropsicológica)
4. Habilitação e Reabilitação

INSCRIÇÕES
www.ipaf.com.br
Tel. 5081-7905

IPAF - INSTITUTO DE PSICOLOGIA APLICADA E FORMAÇÃO
Rua Maestro Callia, 294 - Vila Mariana Cep. 04012-100

CECP
CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS

INSCRIÇÕES ABERTAS:

CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
*Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia

Coordenação: Ernesto Raul Duvidovich (CRP 06/7745) e Walkiria Del Picchia Zanoní (CRP 06/5039)

Início: 30/03/10 ou 06/04/10 • Duração: 3 anos

Horários: 3ª feira, 19h30 às 22h30; 4ª feira, 9h às 12h ou 18h às 21h

Informações e Inscrições: 11 3864-2330 / 3865-0017 ou www.centropsicanalise.com.br / cep@centropsicanalise.com.br

4 Estações
Instituto de Psicologia

Em 2009 o 4 Estações Instituto de Psicologia completou 11 anos de existência, tendo construído uma forma qualificada de trabalhar com perdas, luto, crises e transformações importantes na vida do indivíduo e de comunidades.

4 Estações Instituto de Psicologia
Rua Capopava, 130
São Paulo, SP
CEP: 01408-010
Tel: (11) 3891-2576 Fax: (11) 3891-0852
www.4estacoes.com - secretaria@4estacoes.com
CRP/SP-PJ: 2532

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E DE APRIMORAMENTO EM TEORIA, PESQUISA E INTERVENÇÃO EM LUTO (7ª turma)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO: tem carga horária de 360 horas, com aulas um final de semana por mês, início em 12/03/2010 e término em 12/06/2011.

CURSO DE APRIMORAMENTO: Objetiva fornecer conhecimento teórico a profissionais e estudantes (último ano) de Saúde e Educação. Tem carga horária de 168 horas com aulas um final de semana por mês, início em 13/03/2010 e término em 12/06/2011.

CURSO DE EXTENSÃO: TEORIA DO APEGO E PSICOTERAPIA (2ª turma)

A Teoria do Apego (John Bowlby e Mary Ainsworth) é uma contribuição fundamental para o trabalho clínico com crianças e famílias, para intervenção preventiva primária, secundária e terciária. O curso objetiva oferecer subsídios teóricos para a reflexão clínica a partir dessa teoria.

Público Alvo: Psicólogos e alunos de Psicologia de 4º e 5º anos.

Carga Horária: 80 horas, uma sexta-feira por mês, iniciando em março e terminando em dezembro de 2010.

Informações sobre processo seletivo e valores de investimento pelo email secretaria@4estacoes.com ou telefone 11-38912576. A data limite para inscrição é 27/11/2009. Lembre-se de informar o curso de seu interesse.
Vagas limitadas!!! Haverá segunda chamada para seleção em fevereiro/2010, se houver vagas.

Fique por dentro do
que acontece no crp sp
www.crpssp.org.br

NESME
NÚCLEO DE ESTUDOS EM
SAÚDE MENTAL E PSICANÁLISE
DAS CONFIGURAÇÕES
VINCULARES

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GRUPOTERAPIA
Credenciado pelo CFP

3 anos - 2 sábados / mês
Estudamos e praticamos grupos

R.Tupi, 590 - Pacaembu
Metrô Mar. Deodoro.
Tel.: 11-3826-3717 e 3825-5305

INSTITUTO DE TERAPIA COGNITIVA

PRÓXIMOS CURSOS:

- Curso Intensivo de Introdução à TC Clínica e Coaching
Início: Nov/2009
- Curso Avançado em TC com Pacientes Difíceis
Início: Nov/2009

Curso de Especialização em Terapia Cognitiva
Drs. Arthur Freeman e Ana M. Serra
Início: 12, 13 e 14 de Março de 2010

www.itcbr.com

FINANÇAS

anuidade para 2010

O XII Plenário do CRP SP está divulgando os resultados da Assembleia Geral Ordinária, ocorrida no dia 4 de agosto de 2009, destacando a Anuidade 2010, taxas e emolumentos a ela relacionados (veja quadro abaixo).

A anuidade para 2010 foi discutida a partir da banda apresentada pelo Conselho Federal de Psicologia, com os valores entre R\$ 254,41 e R\$ 379,57. Assim, os presentes na Assembleia deliberaram pela correção da anuidade em 5,53%, equivalente ao IPCA no período de abril de 2008 a maio de 2009. Os descontos para pagamentos antecipados estão baseados na taxa futura de remuneração dos Certificados de Depósito Bancário - CDB.

Além da anuidade, a Assembleia de 4 de agosto discutiu mais dois pontos: 1. Prestação de contas do Conselho, referente ao período de janeiro a junho de 2009 – aprovada sem restrições; e 2. Os valores relativos à aquisição de nova sede e das subseções de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Campinas, sendo que os dois primeiros foram ratificados e no de Campinas houve retificação.

VALOR	R\$ 274,74	
PAGAMENTO EM JAN/2010	R\$ 269,57	
PAGAMENTO EM FEV/2010	R\$ 272,18	
PAGAMENTO EM MAR/2010	R\$ 274,74 OU 3 X R\$ 91,58	
TAXAS E EMOLUMENTOS		
INSCRIÇÃO PESSOA FÍSICA	10% DA ANUIDADE	R\$ 27,47
PESSOA JURÍDICA	35% DA ANUIDADE	R\$ 96,16
2ª VIA DAS CIPS	4% DA ANUIDADE	R\$ 10,99

CREPOP INICIA 4ª PESQUISA DE 2009

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) deu início no dia 8 de setembro ao processo de referência para atuação de psicólogos no CREAS e outros serviços especiais de acolhida e atendimento domiciliar do SUAS. O objetivo desse processo é construir coletivamente as referências técnicas para uma competente atuação profissional nas políticas públicas brasileiras. Nesta etapa, o CREPOP investiga as práticas dos psicólogos em todos os CREAS e outros serviços de acolhida ou domiciliar. Para tanto, conta com a participação dos psicólogos fornecendo dados sobre sua experiência na área. Assim, quem atua em Programas de da Proteção Social Especial está convidado a responder o formulário *on-line*, que pode ser acessado no endereço <http://crepop.pol.org.br>. Outras informações e reuniões específicas serão divulgadas pelo CRP SP.

Vale lembrar ainda que, no *site* do Crepop já está à disposição para consulta e *download* o Documento de Referência Técnica – Serviços de proteção social a crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

FENAPSI: CONGRESSO E NOVA DIRETORIA

A Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) organizou, no período de 28 a 30 de agosto, em Nazaré Paulista (SP), seu IX Congresso. O evento contou com cerca de 160 delegados, de todas as Regionais do País. Foi a oportunidade para se avaliar a atual gestão e promover a revisão e atualização do regimento da Federação.

O Congresso serviu também para a Fenapsi eleger um plano de lutas em defesa da profissão. Entre os destaques, plano de carreira, jornada máxima de 30 horas semanais, fim dos modelos de gestão que privatizam o SUS, espaços reguladores de negociação coletiva no sistema público, regulamentação e cumprimento do ECA e recuperação das perdas salariais.

Ao final dos trabalhos, foi eleito o novo corpo gestor, tendo na presidência Fernanda Lou Sans Magano, secretária geral do SinPsi de São Paulo. Mais sobre o evento no *site* www.fenapsi.org.br.

PSICÓLOGOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

O CRP SP tem participado ativamente dos debates relativos às diversas conferências sobre políticas públicas que vão definir a agenda pública nacional. Em agosto, ocorreu a Conferência sobre Segurança Pública, a 1ª Conseg, em Brasília, que terminou com um conjunto de dez princípios e 40 diretrizes que nortearão as políticas públicas na área. Os resultados estão no *site* www.conseg.gov.br. As próximas conferências nas quais os psicólogos estão dando ênfase são:

COMUNICAÇÃO – I Confecom, de 14 a 17 de dezembro de 2009, em Brasília: As conferências estaduais têm prazo para ocorrer até 22 de novembro. O evento paulista está marcado para 20 a 22 de novembro. Por ora vêm sendo realizadas conferências livres, municipais e regionais. Acompanhe no endereço www.procoferenciasp.org.br

EDUCAÇÃO – Conae, de 28 de março a 1º de abril de 2010, em Brasília: As conferências estaduais serão em outubro e novembro. A conferência paulista foi nos dias 2 e 3 de outubro. Mantenha-se informado pelo *site* www.portal.mec.gov.br/conae.

ASSISTÊNCIA SOCIAL – de 30 de novembro a 3 de dezembro: As conferências estaduais são realizadas desde agosto e devem se encerrar no início de novembro. No Estado de São Paulo, o evento foi nos dias 22 e 23. Outras informações: www.mds.gov.br/cnas/vii-conferencia-nacional.

SAÚDE AMBIENTAL – 1ª CNSA, 15 a 18 de dezembro de 2009, em Brasília. As conferências municipais e regionais foram realizadas entre agosto e setembro. O Encontro Estadual será nos dias 23 e 24 de outubro, em São Paulo. Saiba mais: www.saude.gov.br/cnsa.

Prêmio Arthur Bispo do Rosário

O V Prêmio Arthur Bispo do Rosário chega à sua fase final. Foram escolhidos, dentre os mais de 800 candidatos, os vencedores nas categorias esculturas/instalações; pinturas e ilustrações; fotografias/imagens; poesias/textos; livros; e vídeos. Os prêmios chegam a R\$ 2.000,00. Todos terão suas obras expostas e receberam a premiação no dia 22 de outubro, no Teatro Fernando Azevedo, na Secretaria de Estado da Educação, em São Paulo.

O Prêmio, criado em 2000, é um estímulo aos usuários dos serviços de saúde mental a se expressarem por meio da arte. Detalhe interessante do certame é que o conceito de "usuário" se estende aos parentes ou aqueles diretamente relacionados aos usuários, ou seja, eles também podem participar.

O site do CRP SP – www.crpsp.org.br – divulgará os vencedores e as respectivas obras.

Debate em São José dos Campos

De 22 a 26 de agosto, em São José dos Campos, a Associação Paulista de Saúde Pública-APSP organizou o 11º Congresso Paulista de Saúde Pública. A temática das crises centralizou as mesas-redondas e conferências. O evento contou também, no dia 23, com a realização do I Encontro Paulista de Saúde Mental. O CRP SP esteve presente com um estande, onde distribuiu material relacionado às diversas frentes em que atua.

Ao final dos trabalhos, os congressistas elaboraram dois documentos: a Carta e os Princípios de São José dos Campos, nos quais buscam contribuir para a compreensão e superação de problemas que afetam o setor da Saúde, principalmente a Saúde Pública. Confira ambos os textos no site: <http://www.congressoapsp.com.br/>

Marcha em Brasília reúne 2 mil usuários

No último dia 30 de setembro, a capital federal foi "invadida" por cerca de 2 mil pessoas de vários pontos do País que se encontraram para a "Marcha dos Usuários a Brasília pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial". Na bagagem dos manifestantes, organizados em diversas associações, estavam a defesa do SUS, a reforma psiquiátrica com a participação dos usuários e fortalecimento de sua organização política e a efetiva implantação do Programa De Volta Para Casa. Depois de um dia de atrações culturais e audiências com autoridades federais, uma comissão, recepcionada no Gabinete da Presidência da República, recebeu do chefe de gabinete Gilberto Carvalho a promessa de que o governo convocará para 2010 a Conferência Nacional de Saúde Mental, outra reivindicação das diversas entidades que sustentam esta bandeira no Brasil e que organizaram a Marcha. O CRP SP também esteve presente, viajando a Brasília com quatro ônibus lotados. Veja mais no site <http://marchadosusuarios.blogspot.com>.

Mostra e Prêmio Madre Cristina

O CRP SP está promovendo a I Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia e o Prêmio Madre Cristina. O evento será nos dias 10, 11 e 12 de dezembro, no Espaço Apas – Rua Pio XI, 1.200, Alto da Lapa, São Paulo –, com a exposição e a premiação dos trabalhos. Os principais objetivos da ação são apresentar os avanços e a diversidade da Psicologia, divulgar e premiar práticas inovadoras desenvolvidas pelos psicólogos do Estado de São Paulo. Para concorrer, as práticas inovadoras já devem ter sido realizadas ou em realização há pelo menos seis meses. Não cabem trabalhos que ainda não iniciaram a sua implantação. Todos os trabalhos devem ser apre-

Saúde e Povos Indígenas

O CRP SP promoveu em Tupã o Encontro Interdisciplinar sobre Psicologia e Povos Indígenas. O evento integra um conjunto de encontros interdisciplinares que estão sendo realizados pela entidade. A intenção é propiciar o diálogo entre profissionais de diversas áreas, seus saberes e práticas.

Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento 2010

Inscrições a partir de 16/11/2009

Cursos nas áreas de:

Adolescência, Arte Terapia, Cinesiologia, Eutonia, Família, Formação em Psicanálise, Gerontologia, Gestalt Terapia, Jung, Laban - Arte do Movimento, Orientação Profissional, Psicanálise, Psicanálise da Criança, Psicodinâmica, Psicodrama, Psicologia do Esporte, Psicologia Jurídica, Psicologia Social das Organizações, Psicopatologia, Psicopedagogia, Psicossomática, Psicoterapia Breve, Psicoterapia Psicanalítica de Casal, Relação Pais Bebê, Winnicott e Violência Doméstica.

Destinado a:

Psicólogos, pedagogos, médicos, psiquiatras, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, professores e outros profissionais.

Informações para Inscrições

Instituto Sedes Sapientiae
Rua Ministro Godoy, 1484 - Perdizes
05015-900 - SP/SP - Tel: (11) 3866-2730
www.sedes.org.br / sedes@sedes.org.br



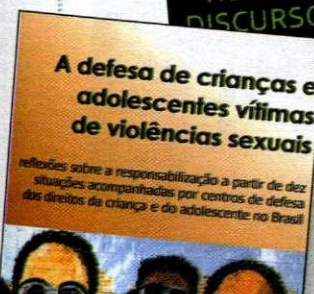


TRABALHO DURO, DISCURSO FLEXÍVEL

Márcia Hespagnol Bernardo; São Paulo, Expressão Popular, 2009, 192 pgs.

O livro é uma contribuição efetiva para o desvendamento das formas de envolvimento presentes na fábrica da flexibilidade toyotizada. Embora tenha a aparência menos despótica ou mais "participativa", a fábrica toyotizada é, de fato, ainda mais envolvente nas suas formas de controle, subordinação e interiorização dos trabalhadores e das trabalhadoras ao ideário e à lógica patronal, o que nos obriga a descortinar as formas mais complexas e ainda mais profundas dessa dominação. O livro faz uma rica relação entre a Psicologia Social e a saúde do trabalhador, contribui efetivamente para uma melhor compreensão do mundo cotidiano da fábrica, seus mecanismos de sujeição, mas indica também as formas possíveis de resistência e ação dos trabalhadores.

PREÇO: R\$ 15,00 | INTERNET: www.expressaopopular.com.br | TELEFONE: (11) 3105-9500

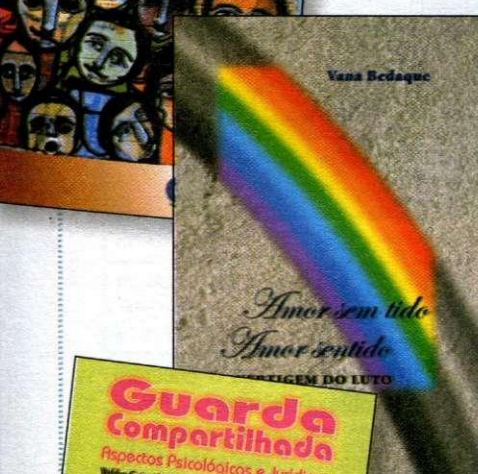


A DEFESA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS SEXUAIS

Associação Nacional dos Centros de Defesa de Crianças e Adolescentes; São Paulo, 2009, 181 pgs.

A publicação é fruto de reflexões produzidas por um grupo de 12 Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedecas) filiados à Associação Nacional dos Centros de Defesa (Anced). Dividi-se em duas partes: a primeira com o estudo de dez casos de violência sexual contra crianças e adolescentes acompanhados por Cedecas em diversas cidades brasileiras; a segunda com 13 artigos que buscam aprofundar e debater temáticas relevantes no enfrentamento da violência sexual, sobretudo nas questões ligadas à defesa de crianças e adolescentes vítimas e à responsabilização dos autores da violência.

PREÇO: Distribuição gratuita | INTERNET: www.anced.org.br | TELEFONE: (11) 3159-4118



AMOR SEM TIDO, AMOR SENTIDO

Vana Bedaque; São Paulo, Expressão e Arte, 2008, 96 pgs.

Por que temas como morte, perdidas e luto costumam causar um impacto negativo na maioria de nós? Por que tememos falar sobre situações e sentimentos que, naturalmente, fazem parte de nossas vidas? Por que é tão comum que fuçamos do inevitável? Essas são algumas questões abordadas pela psicóloga. A partir de uma experiência pessoal relacionada à perda de um alguém querido e após profunda reflexão, Vana decidiu compartilhar – por meio da escrita – o que "aprendeu" com essa difícil situação; segundo ela, o acontecimento a submeteu a "um daqueles momentos que, por circunstâncias de vida, temos que obrigatoriamente parar para pensar".

PREÇO: R\$ 25,00 | INTERNET: www.expressaoearteeditora.com.br | TELEFONE: (11) 3951-5240 / 3951-5188

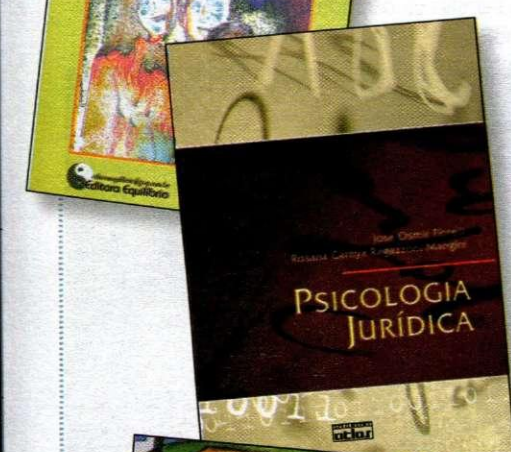


GUARDA COMPARTILHADA – ASPECTOS PSICOLÓGICOS E JURÍDICOS

Waldyr Grisard Filho e outros autores; Porto Alegre, Equilíbrio, 2005, 144 pgs.

Diversos autores brasileiros discutem e refletem sobre guarda compartilhada, tema ainda repleto de preconceitos e tabus. Indicado à comunidade jurídica e às pessoas interessadas em defender crianças e adolescentes. O livro faz parte de uma coleção, produzida em parceria com a Associação de Pais e Mães Separados-APASE, que ainda tem: *Síndrome da alienação parental* (Analino Rodrigues Paulino, org.); *Falsas acusações de abuso sexual* (Andréia Calçada); *Perícias psicológicas nas varas de família* (Evandro Luiz Silva).

PREÇO: R\$ 34,90 | INTERNET: www.apase.org.br | TELEFONE: (11) 9629-8369

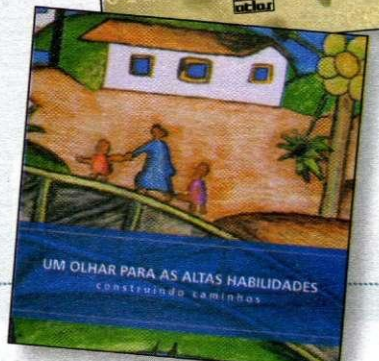


PSICOLOGIA JURÍDICA

José Osmir Fiorelli e Rosana Cathya Ragazzoni Mangini; São Paulo, Atlas, 2008, 428 pgs.

Apresenta os assuntos relacionados a dramas emocionais e conflitos que invariavelmente chegam ao Judiciário. Apresenta o ser humano como capaz de ser agente e paciente; para ele, reserva-se a opção de buscar a autorrealização sem descuidar dos limites que a realidade social, econômica e cultural impõem. Obra recomendada para psicólogos que exercem suas atividades junto ao Tribunal de Justiça, no Sistema Prisional e em questões correlatas e também para advogados, juizes e promotores que atuam nas áreas de família, infância e juventude e penal.

PREÇO: R\$ 57,00 | TELEFONE: 0800 17 1944, (11) 3357-9144 - Fax: (11) 3331-7830 | INTERNET: www.editoraatlas.com.br



UM OLHAR PARA AS ALTAS HABILIDADES: CONSTRUINDO CAMINHOS

Christina Menna Barreto Cupertino (org.); São Paulo, Secretaria de Estado da Educação, 2009, 87 pgs.

Por meio do Centro de Apoio Pedagógico Especializado-Cape, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo desenvolve ações visando capacitar profissionais sobre o tema altas habilidades/superdotação. Iniciativas que ganharam força com a implantação do Núcleo de Atividades de Altas Habilidades Superdotação, proposto pelo Ministério da Educação. A publicação busca divulgar as experiências, apontando os primeiros resultados deste trabalho, cujo objetivo é garantir educação de qualidade para os alunos na Rede Paulista de Ensino que apresentam tais características.

PREÇO: Distribuído nas escolas estaduais | TELEFONE: 5091-3700 / 5091-3703 (Cape) | INTERNET: cape@edunet.sp.gov.br - www.educacao.sp.gov.br

O SENTIDO E O LUGAR DA INTERPRETAÇÃO NA CLÍNICA FREUDIANA

Maria Vilela Pinto Nakasu; São Paulo, Via Lettera, 2009, 192 pgs.

Obra indicada tanto aqueles que abordam a psicanálise desde uma perspectiva acadêmica, como objeto de uma investigação epistemológica ou de análise conceitual, quanto para os psicanalistas ou para os profissionais das diversas áreas – Saúde Mental, Estudos Literários, Ciências Sociais, entre outras – para as quais a Psicanálise se constitui como referência teórica. Psicanalista e acompanhante terapêutica, a autora trata com talento e destreza um assunto considerado de difícil abordagem.

PREÇO: R\$ 37,00 | INTERNET: www.vialettera.com.br | TELEFONE: (11) 3862-0760

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Marco Mondaini; São Paulo, Contexto/UNESCO, 2009, 144 pgs.

Em dupla com o livro *Direitos Humanos*, do mesmo autor, esta obra traz 33 documentos para explicar o histórico do desenvolvimento e das conquistas dos direitos humanos no Brasil. Aborda desde a expansão dos direitos sociais da década de 1930 até 1964, passa pela luta pelos direitos civis e políticos no período militar e chega até a universalização dos direitos e a conquista da democracia. Apresenta ainda textos de grandes pensadores e idealizadores do cenário sociopolítico nacional contemporâneo, como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Leonardo Boff, Betinho, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves.

PREÇO: R\$ 33,00 | INTERNET: www.editoracontexto.com.br / www.brasilia.unesco.org
TELEFONE: (11) 3832-5838 / (61) 2106-3500

TERAPIA FAMILIAR NO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA

Rosa Maria Macedo; São Paulo: Editora Roca, 2008, 688 pgs.

A autora traz a público a reunião dos trabalhos apresentados no VII Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, por terapeutas familiares de todo o País. Dentre os assuntos, temas como novos arranjos familiares, internação hospitalar de membro da família, reprodução assistida, adolescentes e problemas legais, abuso sexual, violência doméstica, problemas financeiros, crianças deficientes, filhos adotivos, homossexualidade e muito outros. Temas atuais para o entendimento das relações entre pais e filhos, irmãos, avós, casais, parceiros.

PREÇO: R\$110,00 | INTERNET: www.editoraroca.com.br | TELEFONE: (11) 3331-4478

ENTRE A ALEGRIA E O DESESPERO HUMANO: OS ESTADOS DE ÂNIMO

Emílio Romero; São José dos Campos; Della Bídia, 2008, 212 pgs.

Tema ainda pouco estudado pelos psicólogos, os estados de ânimo (EA) são abordados neste trabalho buscando explicar o que são, como se originam, como podemos regular e superar os estados negativos, que critérios nos permitem determinar o caráter sintomático de um EA, em que se diferencia dos sentimentos e das emoções. É o *clima afetivo, vivencial, subjetivo*, dominante num determinado lapso de tempo, pelo qual sentimos e enxergamos o mundo. Um EA, como a ansiedade e o contentamento, pode durar minutos, meses ou anos.

PREÇO: R\$ 30,00 | INTERNET: www.emilioromero.net | TELEFONE: (12) 3922-8495

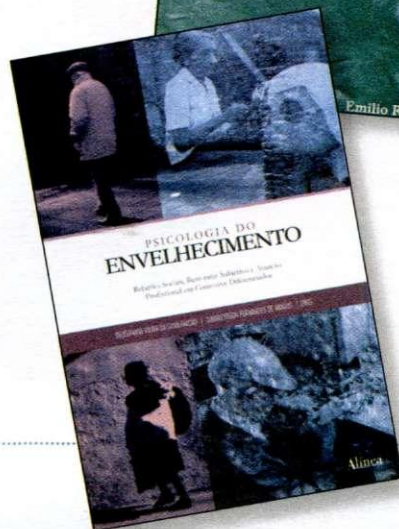
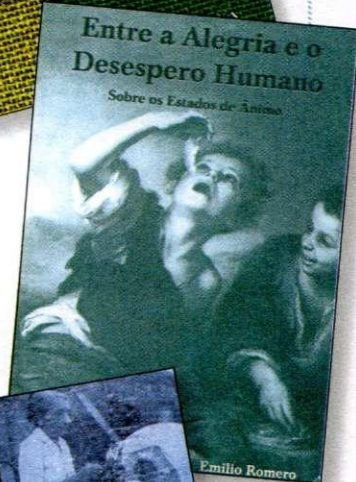
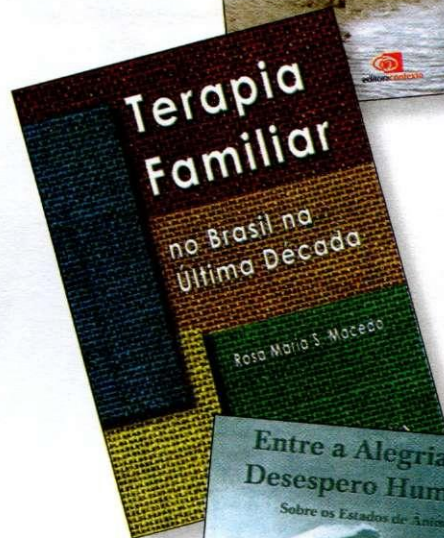
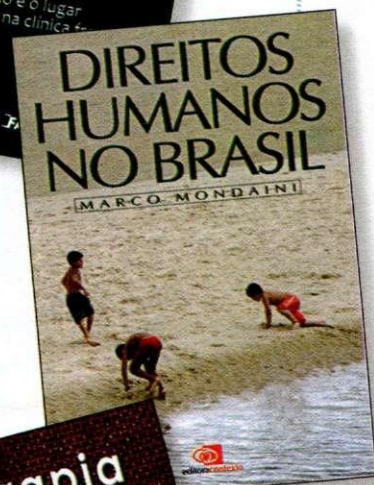
PSICOLOGIA DO ENVELHECIMENTO: RELAÇÕES SOCIAIS, BEM-ESTAR SUBJETIVO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM CONTEXTOS DIFERENCIADOS

Deusivania Vieira da Silva Falcão e Ludgleydson Fernandes de Araújo (orgs.); Alínea, São Paulo, 2009, 220 pgs.

As relações sociais e o bem-estar subjetivo, abordando a velhice e o envelhecimento em contextos diferenciados. Por meio de pesquisadores (em sua maioria, psicólogos) oriundos das mais diversas regiões brasileiras, esta obra oferece a oportunidade de refletir a temática em pauta a partir de realidades distintas, tais como, pessoas que envelhecem na zona rural, instituições de longa permanência para idosos e comunidades ribeirinhas. Dentre outros aspectos, a leitura nos leva a compreender que há vários modelos de envelhecimento e de velhice, na singularidade das condições genéticas, ambientais, familiares, sociais, educacionais, históricas e culturais.

PREÇO: R\$ 32,00 | INTERNET: www.atomoealinea.com.br

seção ESTANTE é feita em parceria com a Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-Psi).
formações: www.bvs-psi.org.br





Conselho Regional
de Psicologia SP

